

Volume 11, nº 03
Dezembro, 2021
ISSN 2178-2768

propagare

Edição Especial

CENTRO
UNIVERSITÁRIO



CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

EXPEDIENTE

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR
Publicação Semestral

Indexadores

latindex

DIADORIM
Diretório de políticas editoriais das
revistas científicas brasileiras

2

PRESIDENTE DA MANTENEDORA
Professor Wilson Ramos Filho

SUPERINTENDENTE DAS COLIGADAS UB
Professor Edson Aires da Silva

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL

REITORIA
Professor Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
Professora Patrícia Melhem Rosas

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
Professor Ayres Siqueira Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Professora Moana Rodrigues França

EDITOR CHEFE
Professor Atilio A. Matozzo

COMISSÃO EDITORIAL CIENTÍFICA

Dra. Aline José Maia, Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Dra. Aline Vanessa Sauer, Universidade Pitágoras (UNOPAR)
Dr. André Luiz Klein - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Dr. Andrey Portela – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Argos Gumbowsky – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Cândido Simões Pires Neto – Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Carlos Roney Armanini Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dr. Clémerson Merlin Clève – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Dra. Daniela Ota Hisayasu Suzuki – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Dra. Dulce Cassol Tagliani, Fundação Universidade Federal de Rio Grande (FURG)
Dra. Elisa Adriano – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Dra. Eloete Camilli Oliveira – Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA)

propagare

REVISTA CIENTÍFICA INTERDISCIPLINAR DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPO REAL
VOLUME 11, NÚMERO 03, 2021 – EDIÇÃO ESPECIAL
ISSN 2178-2768

Dr. João Vitor Passuello Smaniotto – Centro Universitário Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Dr. Ledo Paulo Guimarães Santos - Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL)
Dra. Luciana Pelegrini - Centro Universitário Campo Real
Dra. Maria Luiza Milani – Universidade do Contestado (UnC)
Dr. Phillip Gil França - Escola da Magistratura do Paraná (EMAP)
Dr. Wilson Ramos Filho – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

REVISORES CIENTÍFICOS AD HOC

Dra. Gheniffer Fornari Me. Isabela Volski
Me. João Frederico Musial
Me. Luiz Eduardo Horst
Dr. Rudy Heitor Rosas
Me. Sandro Mazurechen
Dra. Simone Carla Benincá

REVISÃO E ORGANIZAÇÃO

Prof. Atilio A. Matozzo

CAPA

Setor de Marketing Centro Universitário Campo Real

SUMÁRIO

ANÁLISE DOS OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E MÉTODOS DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	5
ESTOQUE E SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS	22
GESTÃO DA INOVAÇÃO PARA PEQUENAS EMPRESAS.....	34
OS PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DE UM ESTUDANTE NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	45
TRABALHO E IMIGRAÇÃO: ANALISANDO OS RESQUÍCIOS DA ESCRAVIDÃO	57

ANÁLISE DOS OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E MÉTODOS DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Carlos Kurcreviski
Dhyogo Domingues Vilela dos Santos
Fábio Vinicius Primak
Jonas Elias de Oliveira
Jonatã da Silva Mariani

5

RESUMO: Administrar o capital de uma empresa sempre foi uma das maiores preocupações dos empresários e dos administradores, pois para muitos, a administração financeira é a alma da empresa. Sendo assim, o administrador precisa estar preparado e conhecer os fundamentos, objetivos e técnicas da administração financeira para que possa desempenhar sua função com eficácia. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que tem por objetivo geral pesquisar conceitos de administração geral e financeira para comprovar a eficácia dos métodos de maximização de riqueza e análise de investimentos. Para que este objetivo geral fosse atingido, foram criados quatro objetivos específicos que são: Entender como a administração evoluiu como ciência; pesquisar a origem do conceito de maximização da riqueza, que é o objetivo moderno da administração financeira; comprovar a eficiência da maximização da riqueza sobre a maximização de lucros; comparar os vários métodos de orçamento de capital e descobrir qual é o mais adequado para a análise de investimentos. Após a pesquisa dos principais conceitos e da discussão sobre as ideias dos autores concluiu-se que ao longo do tempo a administração evoluiu muito como ciência desde a sua origem como objeto de estudo. Também foi pesquisada a evolução histórica da administração financeira até a formação de seu objetivo moderno da maximização da riqueza, concluindo que o mesmo é mais eficiente que a maximização de lucros. Foram pesquisados ainda os principais métodos de orçamento de capital, observando as vantagens e desvantagens de cada um e chegando a conclusão que o método do valor presente líquido é o mais recomendado na análise de investimentos. Após todos estes resultados percebe-se que todos os objetivos específicos foram alcançados com sucesso, atingindo assim o objetivo geral da pesquisa demonstrando a eficácia da aplicação dos conceitos de administração financeira no mundo empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Administração financeira. Maximização de riqueza. Orçamento de capital. Análise de investimentos.

ABSTRACT: A Company's capital management has always been a major concern for the businessmen and managers, because for many people, the financial management is the soul of a company. Therefore, the manager needs to be prepared and to know the fundamentals, objectives and techniques of the financial management so that they can perform their role with effectiveness. In this context, a literature research was conducted which has the general objective of study concepts of general and financial management to verify the effectiveness of the methods of wealth maximization and investment analysis. For this general objective to be achieved, four specific objectives were created which are: understand how the management evolved as a science; research the origins of the concept of wealth maximization, which is the modern objective of financial management; prove the efficiency of the wealth maximization over profit maximization; compare the various methods or capital budget and figure which one is the most appropriate for investment analysis. After the research of the main concepts and the discussion about the ideas of the authors it was concluded that over time the management has evolved a lot as a science since its origins as an object of study. It was also researched the historic evolution of financial management until the formation of its modern wealth maximization objective, concluding that it is more efficient than the profit maximization. There were further researched the main methods of capital budget, observing the advantages and disadvantages of each reaching the conclusion that the liquid present value method is the most recommended in the investment analysis. After all this results, we can realize that all the specific objectives were successfully achieved, thus reaching the general

objective of this research, demonstrating the effectiveness of the application of the concepts of financial management in the business world.

KEYWORDS: Financial management. Wealth maximization. Capital budget. Investment analysis.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade a Administração vem sendo reconhecida pelos empresários como uma ferramenta eficaz e praticamente essencial para o sucesso das empresas e assim o administrador vem conquistando seu papel no mercado inclusive nas pequenas empresas. Dentro deste contexto, uma das áreas que mais preocupam os empresários, e que é tratada por muitos como a alma do negócio, é a área de finanças empresariais, pois é a que lida diretamente com o dinheiro da empresa. É aí que entra em ação a administração financeira.

Esta pesquisa tem por objetivo buscar embasamento bibliográfico em grandes nomes da administração para ressaltar a importância da administração financeira, principalmente nas empresas de pequeno porte e, em consequência, pesquisar a origem do conceito de Maximização da Riqueza, que é objetivo moderno da Administração Financeira; comprovar a eficácia da Maximização da Riqueza sobre a Maximização de Lucros e comparar os vários métodos de orçamento de capital e descobrir qual é o mais adequado para a análise de investimentos.

Quando se fala em empresas de pequeno porte, essas, apesar de estarem reconhecendo a importância da administração, muitas vezes têm o foco no lucro em curto prazo e podem ser extremamente resistentes com mudanças na administração financeira, justamente por desconhecer seus verdadeiros objetivos e seus vários métodos de análise e orçamento de capital.

Com a globalização e o aumento crescente da competitividade em praticamente todos os ramos do mercado, é cada vez maior a necessidade destas empresas de se aprofundarem na administração financeira e buscarem maneiras mais eficientes de gerirem o seu capital, a fim de diminuir custos e aumentar a sua arrecadação de capital através de investimentos.

Para que tais objetivos fossem atingidos realizou-se o processo metodológico através de pesquisa teórica bibliográfica que visou a analisar as posições de diferentes autores sobre a administração financeira das empresas, focando na utilização de métodos de orçamento de capital, utilizando-se, para isso, autores conceituados da Teoria Geral da Administração e da Administração Financeira.

2 ADMINISTRAÇÃO: FUNDAMENTOS, PROCESSOS E CONCEITOS DERIVADOS

7

A Administração é uma função importantíssima dentro das organizações. Chiavenato (2014, p. 11) compara cinco conceitos, sendo um deles “Planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização e utilizar todos os recursos para alcançar objetivos organizacionais definidos”.

Mas a Administração ainda tem outros conceitos, como, segundo Kwasnicka (2011) o conceito do campo profissional, que engloba a administração como formação de carreira dentro das organizações abrangendo todos os níveis de administração e incluindo qualquer indivíduo que exerce autoridade de supervisão sobre outros, com enfoque em ocupações especializadas dentro de cada área organizacional como: Marketing, Produção, Finanças etc.

Com o passar dos anos a administração acabou se tornando mais flexível devido à introdução de novas variáveis em decorrência da modernização e crescimento e, assim, havendo a necessidade de introdução de novas premissas, pois devido à divisão de trabalho, todos os membros da organização participam da administração; a autoridade e responsabilidade foram divididas e o reconhecimento e poder são conquistados na base da competência ao invés de serem impostos (KWASNICKA, 2011).

O Administrador é um agente que atua dentro de uma empresa utilizando seus conhecimentos para gerenciar processos e/ou pessoas. Para que o profissional de administração seja bem sucedido em seu papel, há uma gama de habilidades que devem ser desenvolvidas, pois segundo Chiavenato (2014), diferente de outras profissões onde as habilidades técnicas prevalecem, na administração elas são apenas uma parte das habilidades necessárias e são utilizadas geralmente em níveis

mais operacionais da organização. Os três grupos de habilidades, Técnicas, Humanas e Conceituais são descritos por Chiavenato (2014) como:

- Habilidades Técnicas: São habilidades relacionadas ao fazer. São geralmente legadas a números e procedimentos operacionais, como por exemplo, a habilidade em contabilidade ou engenharia.
- Habilidades Humanas: São as habilidades relacionadas à pessoas, como comunicação, liderança, facilidade em resolver conflitos pessoais, encorajamento da equipe, entre outras.
- Habilidades Conceituais: Estas habilidades estão relacionadas à visão holística da empresa, capacidade de entender a empresa como um todo e como uma ação isolada pode afetar a empresa e seu futuro e formar um diagnóstico empresarial.

Como podemos ver a Administração é muito mais do que apenas técnica, pois habilidades humanas e conceituais são de extrema importância para o sucesso do profissional de administração e da organização.

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Como nos contam os autores Weston e Brigham (2000), a administração financeira ergueu-se como um campo distinto de estudo na década de 90 com ênfase na formação de novas empresas, aspectos legais de fusões e os títulos que a empresa poderia emitir para levantar recursos financeiros. Antes disso, a administração financeira tinha outros focos:

Durante a Depressão, na década de 1930, a ênfase estava na falência e reorganização, liquidez empresarial e regulação dos mercados de títulos. Na década de 1940 e no início da de 1950, as finanças continuaram a ser ensinadas como uma matéria descritiva e institucional, examinada mais do ponto de vista de alguém de fora do que de alguém da administração. No entanto, na década de 1960, iniciou-se um movimento rumo à análise teórica, e o objetivo da administração financeira passou a ser as decisões administrativas pertinentes à escolha de ativos e passivos para maximizar o valor da empresa. A focalização na avaliação continuou nos anos 80, mas a análise foi expandida para incluir: (1) a inflação e seus efeitos sobre as decisões empresariais; (2) a desregulamentação de instituições financeiras e a conseqüente tendência para companhias de serviços financeiros bastante diversificadas; (3) a ampla utilização de computadores para análise e transferência eletrônica de informação; e (4) a maior importância dos

mercados globais e das operações empresariais. (WESTON; BRIGHAM, 2000, p. 6).

Weston e Brigham (2000) dão ênfase à globalização e a tecnologia dos computadores como as tendências mais importantes que afetaram e continuam afetando a evolução da administração financeira. A globalização é uma destas tendências por que cada vez mais a competitividade e o crescimento das empresas as obrigam a diminuir custos, o que muitas vezes pode ser difícil em seu país de origem, então a tendência é cada vez mais o surgimento de multinacionais com empresas em vários países em busca da redução de custos. Some-se isso a evolução crescente da comunicação, transportes e a necessidade de vender cada vez mais para cobrir os custos de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Já a tecnologia do computador, tornou-se uma tendência mundial e hoje podemos analisar dados de outras empresas em tempo real. Isso demanda uma capacidade cada vez maior de planejamento e de análise de dados por conta do administrador.

Segundo Ross, Westerfield e Jordan (2002) a função do administrador financeiro geralmente está ligada a um alto executivo da empresa que é responsável principalmente pelas funções de controladoria e tesouraria, onde a primeira seria contabilidade de custos e financeira, além de pagamento de impostos e a última seria o planejamento financeiro e administração do caixa da empresa.

Na visão dos autores, há pelo menos três questões com qual o administrador financeiro deve se preocupar que seriam: orçamento de capital, estrutura de capital e administração do capital de giro.

A primeira questão, chamada “orçamento de capital” diz respeito à capacidade do administrador de analisar investimentos a fim de verificar a sua viabilidade para a empresa, tendo em mente a magnitude do investimento, a distribuição no tempo dos fluxos de caixa gerados pelo mesmo e o risco do investimento. Podemos dizer que a função se resume em analisar os fluxos de caixas futuros para ver se estes cobrem os custos do investimento.

A segunda questão apresentada é referente à capacidade de levantar os financiamentos necessários para conseguir realizar os investimentos de longo prazo, assim como a origem desse capital. “A estrutura de capital (ou estrutura financeira)

refere-se à combinação específica entre capital de terceiros a longo prazo e capital próprio que a empresa utiliza para financiar suas operações.” (ROSS; WESTEFIELD; JORDAN, 2002, p. 40).

Nesse caminho o administrador possui duas preocupações centrais, que seriam o montante a ser levantado e qual a fonte mais barata de capital para a empresa. O administrador deve ter a capacidade de planejar, calcular e decidir quando e como a empresa levantará fundos financeiros, levando em consideração os custos envolvidos no levantamento de capital.

A terceira e última questão levantada pelos autores é a administração de capital de giro que pode ser conceituada como a administração de recursos financeiros de curto prazo, ou administração de caixa. Na visão dos autores: “A expressão capital de giro refere-se aos ativos a curto prazo da empresa, tais como estoques, e aos passivos a curto prazo, tais como pagamentos devidos a fornecedores” (ROSS; WESTEFIELD; JORDAN, 2002, p. 40).

A administração de capital de giro é a principal ocupação cotidiana do administrador financeiro e preocupa-se principalmente em manter níveis satisfatórios de caixa e estoque, decisões sobre vendas à crédito para os clientes e levantamento de recursos financeiros de curto prazo, caso sejam necessários. Podemos dizer que a administração de capital de giro é essencial para garantir os recursos necessários à atividade da empresa e evitar interrupções na operação da empresa.

2.1.2 Formas de organização empresarial

Há, segundo Ross, Westerfield e Jordan (2002), três modelos principais que são: firma individual, sociedade por quotas e sociedades por ações (também conhecidas por sociedades anônimas).

As sociedades anônimas são as que conduzem a maioria das atividades, nas quais os estudos da administração financeira são geralmente focados nelas, mas justamente por esse motivo, precisamos entender como esses estudos se aplicam às outras modalidades, assim como a a “firma individual”. Esse modelo de organização empresarial é vantajoso por que é fácil de ser aberta o proprietário tem direito a todo

o lucro gerado pela empresa, estes são tributados como lucro de pessoa física, tributos estes que são bem menores que de pessoas jurídicas.

Já as desvantagens desse modelo giram em torno do fato de três principais pontos:

1. Da mesma forma que o proprietário tem direito a todos os lucros da empresa, também tem responsabilidade ilimitada sobre as dívidas da mesma.
2. Fraca capacidade de captação de recursos financeiros, principalmente quando falamos em grandes quantias em dinheiro já que os mesmos são provenientes apenas dos investimentos do proprietário.
3. A vida da empresa é limitada à vida de seu proprietário, o que torna difícil transferir a posse de uma firma individual, o que só é possível pela venda de toda a empresa a um novo dono.

Outro tipo é a sociedade por quotas; as vantagens e desvantagens de uma sociedade por quotas são praticamente as mesmas da firma individual, sendo:

- Vantagens: fácil de ser aberta, os sócios têm direito a todo o lucro da empresa e o lucro é tributado como pessoa física.
- Desvantagens: responsabilidade ilimitada dos sócios sobre as dívidas da empresa, dificuldade na captação de recursos financeiros, vida da empresa limitada à dos sócios e dificuldade na transferência de posse.

Há maior dificuldade na transferência de posse dessa modalidade de empresa, pois a sociedade acaba quando um dos sócios morre ou expressa a vontade de vender sua parte, devendo ser feito contrato de nova sociedade.

Devido a essas limitações, assim como uma firma individual, proprietários de sociedades por quotas geralmente optam por transformá-la em uma sociedade por ações quando as desvantagens começam a limitar o crescimento da empresa.

Existe, também, uma maneira de limitar a responsabilidade de um sócio através de uma sociedade limitada; a sociedade deve ter pelo menos um sócio geral que administra a empresa e pode ter outros sócios limitados. A responsabilidade dos sócios limitados sobre as dívidas da empresa é limitada pelo seu capital investido.

Outra forma societária é por ações: trata-se de uma entidade separada e distinta de seus sócios e tem muitos dos privilégios e obrigações de uma pessoa de

verdade. Uma sociedade por ações pode contratar empréstimos em seu nome, processar e ser processada e até mesmo ser sócio de outra empresa, seja ela uma sociedade por cotas ou ações.

Nessa modalidade empresarial, geralmente os sócios e os administradores são grupos separados e, como os sócios têm responsabilidade limitada, juntamente com o fato de a empresa ser uma entidade distinta dos sócios, a transferência de posse é muito mais simples e realiza-se através da venda de ações, o que torna a vida da empresa ilimitada, o que se torna vantagem para levantar recursos financeiros, pois a empresa pode emitir novas ações e conseguir novos investidores.

Como contam Ross Westerfield e Jordan (2002), essa modalidade de organização é mais difícil de ser aberta em razão do excesso de exigências burocráticas. Primeiramente devem ser elaborados um documento de incorporação e um estatuto. “O documento de incorporação precisa conter diversos itens, entre eles o nome da sociedade, sua duração (que pode ser indeterminada), sua finalidade e o número de ações que podem ser emitidas.” (ROSS; WESTERFIELD; JORDAN, 2002, p. 41)

Na mesma esteira, esses autores, explicam que esse modelo de empresa tem uma principal desvantagem bem significativa: os lucros gerados são duplamente tributados, pois incidem primeiro sobre a pessoa jurídica e, quando distribuídos aos acionistas, incidem sobre as pessoas físicas, individualmente.

2.1.3 Os objetivos da Administração Financeira

Quando perguntados sobre qual é o objetivo da administração financeira, geralmente temos em mente a maximização de lucros, mas na realidade este não é o verdadeiro objetivo.

Se considerarmos lucro como a diferença entre as receitas e as despesas, aumentar os lucros de uma empresa é uma tarefa fácil e pode ser feito em curto prazo, pois para isso basta, segundo Groppelli e Nikbakht (2010, p. 7), “‘aparar arestas’, ou seja, os administradores podem deixar de fora certas despesas, diferir os elevados custos efetivos de um equipamento e, também, despedir seus empregados mais produtivos e com salários elevados”.

Pensando dessa maneira, não é ideal que isso seja o foco da administração financeira, pois o lucro é um pensamento de curto prazo, mas que pode trazer consequências para a empresa no futuro.

Ainda para Ross Westerfield e Jordan (2002), a maximização de lucros é algo incerto, pois não fica claro se o objetivo é o lucro do mês ou ano em curso, o que podem causar confusões. Mesmo que fosse definido um prazo para essa maximização de lucro, o planejamento após esse período, ou planejamento em longo prazo, provavelmente seria prejudicado pela visão de curto prazo.

Para entendermos melhor qual é, então, o objetivo da Administração financeira, vamos ver primeiro o que seria o objetivo do administrador financeiro em uma sociedade por ações.

Segundo os autores supracitados (2002), o administrador toma decisões em nome dos acionistas para os quais boas decisões são aquelas que aumentam o valor das ações, pois sabemos que os acionistas compram ações em busca de ganhos financeiros. Os autores concluem que em uma sociedade por ações a administração financeira objetiva maximizar o valor das ações.

Quando passamos a considerar esse novo objetivo, não há confusão ou ambiguidade, pois o administrador deve tomar decisões para que a empresa tenha boas oportunidades de crescimento e, conseqüentemente, maior valorização de suas ações. Mas como temos outros modelos de organizações empresariais onde os direitos de posse não são transferidos facilmente, os autores concluem seu raciocínio.

Como o valor das ações é igual ao capital dos acionistas, então para Ross Westerfield e Jordan (2002, p. 44), o objetivo de maximizar seu valor pode ser traduzido como: “Maximizar o valor de mercado do capital dos proprietários existentes”. Nesse caso não importa o modelo de organização, o objetivo é sempre maximizar o valor da empresa que, ao contrário do aumento de lucros, é um objetivo de longo prazo.

Groppelli e Nikbakht (2010, p. 3) complementam este conceito afirmando que: “Finanças são a aplicação de uma série de princípios econômicos e financeiros para aumentar a riqueza ou o valor total de um negócio”. Podemos dizer então que o real objetivo da administração financeira é a Maximização da Riqueza.

2.1.4 Orçamento de capital

Conforme vimos nos capítulos anteriores, orçamento de capital é uma das principais responsabilidades do administrador financeiro. Segundo Gropelli e Nikbakht (2010) é uma ferramenta necessária, pois é através de um sólido conjunto de procedimentos que o administrador financeiro decide, dentre várias alternativas, qual é o investimento que tem as melhores taxas de retorno e os melhores fluxos de caixa.

E continuam esses autores afirmando que para que seja possível analisar a viabilidade de um investimento existem dois pontos principais que devem ser focados inicialmente: custos iniciais e fluxo de caixa incremental.

Primeiramente temos o custo inicial do projeto, que é de fundamental importância para decidir se um projeto será aceito. Para descobrir o custo inicial do investimento o administrador precisa levar em consideração o preço dos novos equipamentos a serem adquiridos, as despesas adicionais decorrentes da ativação do projeto (instalação, embalagem, inspeção etc.), o valor pelos quais os equipamentos antigos podem ser vendidos e os impostos que incidem sobre a venda desses equipamentos.

Após a definição dos custos iniciais, é necessário determinar o fluxo de caixa incremental, que basicamente é o aumento de fluxo de caixa que a empresa terá com a implantação do novo projeto. Esse fluxo de caixa incremental pode ser calculado em três passos:

O primeiro passo consiste em prever o lucro estimado após a implantação do projeto e compará-lo ao lucro estimado sem o projeto. A diferença é chamada de lucro adicional. Em seguida é calculada a economia de imposto de renda decorrente da depreciação adicional e finalmente são somadas as economias proporcionadas por esta depreciação adicional.

Vale reforçar a importância dos fluxos de caixa incrementais, pois como dizem Gropelli e Nikbakht (2010, p. 129): “esses devem ser considerados como os únicos fluxos de caixa relevantes na análise e na comparação de projetos”. Devido a isso, nos próximos capítulos sobre os métodos de orçamento de capital, sempre que nos referirmos a esse tema, estaremos falando a respeito dos fluxos de caixa

Assim que conhecemos os custos iniciais e temos a previsão de fluxo de caixa incremental, podemos utilizar alguns métodos para avaliação de investimentos, mas antes precisamos entender o que é depreciação e quais são os seus impactos sobre a administração financeira.

2.1.5 Depreciação

No mundo financeiro existem alguns fatores que fazem com que o lucro líquido fornecido pela demonstração de resultado do exercício geralmente seja diferente do real fluxo de caixa da empresa.

Segundo Gitman (2002, p. 110) Isso acontece devido a algumas despesas não-desembolsáveis, que “[...] são despesas deduzidas na demonstração de resultados, mas que não envolvem saídas reais de caixa durante o período. Como exemplo tem-se a depreciação, a amortização e a exaustão”

As três despesas tem funcionamentos similares, mas a mais comum delas é a depreciação. Como nos conta Gitman (2002, p. 110) “As empresas estão autorizadas a realizar o lançamento sistemático de uma parcela do custo dos ativos permanentes contra suas receitas anuais”; esses lançamentos são chamados de depreciação. Ainda de acordo com Gitman (2002) a depreciação não representa uma saída de caixa e serve diminuir o lucro tributável da empresa. Alguns administradores consideram a depreciação como uma fonte de caixa, mas, na verdade, ela se caracteriza mais como uma não utilização de recursos.

Existem várias medidas impostas pela receita federal que regulamentam os lançamentos da depreciação, além de existirem vários métodos para realizar o cálculo da mesma, não entraremos nestes detalhes, pois o nosso objetivo é conhecer o conceito da depreciação.

Uma informação importante, segundo Gitman (2002) é que, devido às despesas não-desembolsáveis, o administrador financeiro está interessado no real fluxo de caixa da empresa e não em seu lucro contábil. Para conhecer o real fluxo de caixa da empresa, deve-se adicionar novamente todas as despesas não-desembolsáveis ao lucro contábil. Ou seja, o fluxo de caixa de uma empresa é a soma

do lucro contábil e as despesas não-desembolsáveis ou, na maioria dos casos, a depreciação.

Adiante veremos os principais métodos de orçamento de capital utilizados no mundo empresarial para análise de investimentos.

2.1.6 Taxa média de retorno (TMR)

De acordo com Gropelli e Nikbakht (2010) o cálculo da taxa média de retorno é um dos métodos mais antigos utilizados para o orçamento de capital e ainda assim é muitos analistas e gerentes financeiros a utilizam devido à facilidade de ser calculada.

Esse método consiste na divisão da média dos fluxos de caixa previstos com a aprovação do projeto pela metade do investimento inicial. O resultado é chamado de taxa média de retorno (TMR) e quanto maior a taxa, maior é o retorno proporcionado pelo investimento, ou seja, na comparação entre dois ou mais investimentos aquele com a TMR maior é o melhor para a empresa.

De acordo com Gropelli e Nikbakht (2010) a utilização desse método não é aconselhável, pois a TMR utiliza o lucro líquido em seus cálculos e já sabemos que devido à depreciação, os lucros líquidos diferem do real fluxo de caixa gerado pelo investimento. Também podemos citar mais dois problemas: o fato de ela ignorar o valor do dinheiro no tempo, o qual varia devido a vários fatores como, por exemplo, a depreciação e o fato de a TMR ignorar a ordem cronológica dos lucros.

2.1.7 Período de recuperação do investimento (Payback)

Segundo Gropelli e Nikbakht (2010) payback é um método simples utilizado para descobrir em quanto tempo o investimento é recuperado após a aplicação de um projeto. Na utilização desse método para a comparação de um ou mais investimentos, o investimento com o menor período de recuperação é o que deve ser aceito. Para calcularmos o payback simplesmente vamos descontando os fluxos de caixa gerados pelo projeto do valor do investimento inicial, quando o valor chegar a zero,

significa que o investimento foi recuperado e nesse caso, o período correspondente é chamado de período de payback.

De acordo com Gropelli e Nikbakht (2010) o payback traz como vantagens a facilidade de utilização e compreensão do método e a utilização de fluxos de caixa ao invés de lucro líquido, tornando-o um método rápido e mais eficiente que a TMR na análise de investimentos. Já suas desvantagens giram em torno do fato de não servir como uma medida de lucratividade, pois não leva em conta os fluxos de caixa após a recuperação do investimento e do fato de, assim como a TMR, não levar em consideração o valor do dinheiro no tempo.

Para complementar, Ross Westerfield e Jordan (2002) comentam que o payback é utilizado para achar um ponto de equilíbrio contábil onde o investimento é recuperado, mas faz a “pergunta errada”, pois o objetivo da administração financeira é aumentar a riqueza dos acionistas (ou da empresa) e a questão relevante seria na verdade o impacto do investimento sobre o valor da empresa e não o tempo necessário para recuperar o valor investido.

2.1.8 Valor presente líquido (VPL)

Conforme os conceitos apresentados por Gropelli e Nikbakht (2010), basicamente podemos resumir o valor presente líquido, ou VPL, como um método que consiste na comparação do valor presente dos fluxos de caixa futuros com o valor do investimento necessário. Se o primeiro for maior que o segundo, o investimento é viável. Na prática diminuimos o valor do investimento do valor dos fluxos de caixa descontados, se o resultado for maior que zero, o projeto pode ser aceito. Já na comparação entre dois ou mais investimentos, aquele com o VPL mais alto é o melhor.

O cálculo de valor presente pode ser feito multiplicando os valores dos fluxos de caixa pelos fatores de valor presente, os quais podem ser encontrados facilmente tabelados no apêndice da maioria dos livros de administração financeira (como os utilizados nesta pesquisa).

Segundo Gropelli e Nikbakht (2010) a parte mais importante deste método é decidir qual taxa de desconto deve ser utilizada no investimento, levando sempre em consideração a inflação, a duração do projeto e o risco do mesmo. Projetos de grande

risco ou muito longos devem ser descontados a uma taxa maior do que projetos com duração ou risco menor.

Esses autores ainda comentam que o VPL tem três grandes vantagens: a primeira vantagem é a utilização de fluxos de caixa (lucro líquido + depreciação) ao invés de utilizar apenas o valor dos lucros. A segunda vantagem é que este método leva em consideração o valor do dinheiro no tempo através do cálculo dos valores presentes, o que o torna muito mais confiável. A terceira vantagem é que se a empresa investir somente em projetos com VPLs positivos, isso fará com que o valor da empresa também aumente, cumprindo com o objetivo da administração financeira.

O VPL também possui algumas limitações, pois pressupõe que o administrador financeiro seja capaz de prever detalhadamente os fluxos de caixa futuros, o que em projetos muito longos pode ser difícil, pois os fluxos de caixa podem ser afetados por políticas governamentais, custos de fabricação, gostos dos consumidores entre outros. A superestimação ou subestimação dos fluxos de caixa podem levar a tomadas de decisão erradas.

Ainda, o VPL determina uma taxa fixa de juros para o período total do investimento e conforme as taxas de juros aumentam de um ano para o outro, também aumentam as taxas de desconto. Este problema pode ser resolvido pela previsão de aumento nas taxas de juros e da definição de uma taxa de desconto adequada para o projeto.

Gropelli e Nikbakht (2010, p. 138) afirmam que: “Contudo, não obstante tais informações, o método do VPL é ainda o melhor método de orçamento de capital”.

2.1.9 Taxa interna de retorno (TIR)

A taxa interna de retorno (TIR) é um método de orçamento de capital que iguala o VPL a zero. Como o nome sugere a TIR é a taxa de retorno sobre um investimento, ou seja, quanto maior a TIR, mais lucrativo é um projeto.

De acordo com Gropelli e Nikbakht (2010), para investimentos com fluxos de caixa constantes de mesmo valor, pode-se calcular a TIR da seguinte forma: primeiro divide-se o valor do investimento pelo valor de um dos fluxos de caixa para obter o fator de valor presente do mesmo. A seguir procura-se esse valor (ou o valor mais

próximo deste) em uma tabela de fator de valor presente na linha correspondente ao período do investimento. A taxa correspondente a este valor neste período é a TIR do projeto.

Já para investimentos com diferentes fluxos de caixa é utilizado o processo do VPL através de tentativa e erro, utilizando várias taxas até encontrar a taxa que mais aproxima o resultado de zero. As vantagens do uso da TIR giram em torno da facilidade de cálculo que, para projetos com fluxos de caixas iguais e constantes, se assemelha ao TMR, mas ao contrário desse, considera o valor do dinheiro no tempo, assemelhando-se ao VPL.

Um problema da TIR é que muitas vezes esse método apresenta taxas de retorno fora da realidade. Outro problema é que muitas vezes pode haver duas taxas de retorno que igualem o VPL a zero e isso pode levar o administrador a tomar decisões equivocadas quanto aos investimentos da empresa.

Conclui-se, neste item que, apesar de suas desvantagens, a TIR geralmente é mais utilizada do que a VPL principalmente pelo fato da facilidade de compreensão quando há a necessidade de quantificar o valor de um investimento, pois é preferível discutir diferentes taxas de retorno ao analisar taxas de desconto e valores presentes de diferentes investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração financeira emergiu como uma área de estudo na década de 90 a partir daí, sob a influência da globalização e da crescente tecnologia dos computadores continuou a evoluir. Neste cenário uma administração financeira eficaz pode ser um grande diferencial competitivo.

Hoje em dia, com a evolução da globalização e das tecnologias de computação, é praticamente essencial que as empresas entendam o real objetivo da administração financeira e o apliquem em seu cotidiano, pois empresas nas quais o objetivo da administração financeira ainda é a maximização de lucros podem ter inúmeras dificuldades para crescer.

O foco na maximização de lucros pode fazer com que a empresa se esqueça das consequências em longo prazo de certos atos, pois na busca do lucro em curto

prazo, pode acabar por economizar em áreas erradas prejudicando o futuro da empresa, como por exemplo, a compra de materiais e máquinas inferiores para a produção, cortes na manutenção, demissão de funcionários com salários altos, entre outras ações que aumentam sim o lucro, mas tem um impacto prejudicial em longo prazo.

Esses impactos podem ser dos mais variados, como perda de clientes por falta de qualidade nos produtos, aumento nos produtos defeituosos, quebra de máquinas e interrupção da produção etc.

O administrador deve ser o agente de mudanças dentro das empresas e mudar esse direcionamento para o real objetivo da administração financeira, que é a maximização da riqueza da empresa, uma visão de longo prazo muito mais abrangente do que o foco apenas no lucro.

Quando o foco da empresa passa a ser a maximização da riqueza, o que importa para a empresa são decisões que aumentem as oportunidades de crescimento da mesma e, conseqüentemente, o seu valor de mercado.

Um exemplo deste tipo de decisão seria o investimento em tecnologia e maquinários novos para um aumento de produção e qualidade. Essa provavelmente é uma decisão que irá diminuir o lucro da empresa por algum tempo, pois requer investimentos, mas quando pensamos em longo prazo o retorno poderá ser muito maior, tanto em oportunidades de crescimento como valor da empresa e, nesse caso, o lucro é consequência.

De acordo com as informações pesquisadas, podemos perceber que existem vários métodos de orçamento de capital, os quais são utilizados pelos administradores financeiros para decidir o futuro de suas empresas.

Primeiramente temos o método da taxa média de retorno que apesar de ser muito utilizado pela sua praticidade, utiliza lucros líquidos em seus cálculos ao invés de fluxos de caixa. Outro grande problema deste método é que a TMR não considera o valor do dinheiro no tempo.

Outro método de orçamento de capital é o payback, o qual calcula em quanto tempo haverá o retorno do investimento inicial. É um método simples e utiliza fluxos de caixa em seus cálculos (lucro líquido + depreciação), mas além de também não considerar o valor do dinheiro no tempo, é ineficaz pelo fato de fugir do foco da

administração financeira, buscando apenas o período de recuperação e não o impacto do investimento sobre o valor da empresa.

Temos também o método do VPL, o qual tem como grandes vantagens a utilização de fluxos de caixa ao invés de lucro líquido, cálculo de fluxos de caixa descontados levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e o principal que é a importância do investimento no valor da empresa, pois, segundo os autores, investindo somente em projetos com VPLs positivos, o valor da empresa tende a aumentar.

O VPL tem algumas limitações que giram em torno da exigência de previsões detalhadas dos futuros fluxos de caixa, o que pode ser um problema em projetos longos, e a definição de uma taxa de desconto fixa para todo o investimento. Contudo, estas desvantagens podem ser superadas com análises de mercado muito bem trabalhadas e um bom planejamento empresarial para prever os futuros fluxos de caixa, contando também com análises detalhadas da economia para definições de taxas de desconto dos projetos.

O último método que vimos foi o método da TIR que calcula a taxa de retorno de um investimento igualando o seu VPL à zero. Este método é muito semelhante ao VPL por considerar o valor do dinheiro no tempo, utilizar fluxos de caixa e ter relevância para o valor da empresa. Também é geralmente mais utilizado que a TIR pela facilidade de entendimento de seus resultados para fins comparativos.

As desvantagens da TIR giram em torno de que este método pode resultar em taxas não realistas, que devem ser analisadas com cuidado pela administração e a possibilidade da existência de duas taxas que igualem o VPL à zero, o que pode levar a tomadas de decisão equivocadas.

Com tudo o que foi pesquisado pode-se concluir que o método da VPL, apesar de não ser o mais utilizado, é o melhor método de orçamento de capital, pois leva em consideração praticamente todas as variáveis relevantes ao investimento e principalmente atende ao principal objetivo da administração financeira que é a maximização da riqueza da empresa.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. Barueri: Manole, 2014.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira Essencial**. Tradução por Jorge Ritter. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002

GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. Tradução por Célio Knipel Moreira. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010

KWASNICKA, Eunice Lacava. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios de administração financeira**. Tradução por Andrea Maria Accioly Fonseca Minardi. 2. ed. São Paulo: Atlas 2008

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F.; **Fundamentos da Administração Financeira**. Tradução por Sidney Stancatti. 10. ed. São Paulo: Pearson Makron Books: 2000

ESTOQUE E SISTEMA DE GESTÃO DE MATERIAIS

Carlos Kurcreviski
Fábio Vinicius da Silva Primak
Jonatã da Silva Mariani
Maria Luiza Klein Gonçalves
Sandro Roberto Mazurechen

RESUMO: Na administração de uma indústria, a administração de materiais é fundamental para os melhores resultados de produtividade. Com isso, o gerenciamento de estoque é fundamental para atender a demanda produtiva com segurança e no tempo certo, na hora certa e na quantidade correta. O tema gerenciamento de estoques foi escolhido, visando identificar a importância do gerenciado de estoque nas empresas, e a preocupação das empresas em atingir níveis de estoques ideais, mesmo tendo interferências externas para a aquisição de matéria prima. O objetivo do artigo é identificar o estoque de segurança necessário no processo produtivo, bem como, identificar as ferramentas que são utilizadas no gerenciamento e controle dos estoques e na circulação do estoque em relação às necessidades produtivas. A metodologia utilizada na pesquisa foi a bibliográfica com caráter exploratório, na área de materiais. O resultado esperado com a realização desta investigação é a identificação dos conceitos do estoque e armazenagem, bem como ferramentas de controles necessárias para trazer benefícios no gerenciamento dos estoques nas organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de estoques. Estoque de segurança. Administração de materiais.

ABSTRACT: In managing an industry, materials management is critical to the best productivity results. With this, inventory management is fundamental to meet productive demand safely and at the right time, at the right time and in the right quantity. O tema gerenciamento de estoques foi escolhido, visando identificar a importância do gerenciado de estoque nas empresas, e a preocupação das empresas em atingir níveis de estoques ideais, mesmo tendo interferências externas para a aquisição de matéria prima. The objective of this paper is to identify the necessary safety stock in the production process, as well as to identify the tools that are used in the management and control of inventories and in the circulation of inventory in relation to productive needs. The methodology used in the research was the bibliographic one with exploratory character, in the area of materials. The methodology used in the research was the bibliographic one with exploratory character, in the area of materials.

KEYWORDS: Inventory management. Safety stock. Materials management.

1 INTRODUÇÃO

As empresas necessitam de uma boa administração para que possam se tornar cada vez mais competitivas. Esse é um dos motivos que faz com que o administrador busque novas alternativas de gerenciamento visando obter maior lucratividade e eficiência no segmento em que atua.

As indústrias necessitam diminuir seus custos para poder oferecer ao consumidor final um produto a um preço competitivo e ao mesmo tempo, obter mais rentabilidade durante a sua venda.

Com isso, o gerenciamento de materiais se torna essencial aos gestores, principalmente, o gerenciamento de estoques. Que tem grande relevância devido aos

recursos financeiros necessários, bem como a ligação direta que tem com outros departamentos como, por exemplo, compras, produção e vendas.

O gerenciamento de estoques visa ter o melhor controle evitando a falta de matéria prima na produção, bem como o excesso de materiais parados em estoques esperando o processamento. Ambos os casos acabam gerando custos desnecessários à empresa, o que afeta diretamente no lucro final.

O estudo apresenta, uma base teórica abordando o conceito de administração de materiais, o abastecimento da cadeia de suprimentos, movimentação e armazenagem de materiais. Também é ressaltado conceitos essenciais ao bom gerenciamento de estoques e as ferramentas que podem ser utilizadas para facilitar o processo.

O tema foi escolhido pensando na dificuldade empresas enfrentam na aquisição de materiais.

1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A administração é uma ciência social que necessita do gerenciamento de diversos recursos para tomada de decisões com finalidade de atingir objetivos e obter resultados.

A administração se tornou fundamental na sociedade moderna por ser o meio mais eficiente e eficaz para realizar as coisas da melhor maneira possível com o menor custo envolvido. Com constantes mudanças, transformações e variáveis que o mercado passa a tarefa administrativa será cada vez mais importante na gestão de uma empresa. (CHIAVENATO, 2000).

"A administração de uma empresa deve ser uma tarefa criativa e não adaptativa. Quanto mais uma administração cria ou transforma as condições econômicas [...] mais estará administrando a empresa." (DRUCKER, 2002, p.45).

O gestor administrativo deve saber utilizar na prática todas as técnicas de gerenciamento disponíveis afim de gerenciar pessoas para atingir resultados satisfatórios. Visando acompanhar as constantes mudanças do mercado competitivo, das novas tecnologias e das tendências de consumo pelos clientes.

3 ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

A administração de materiais envolve todo o gerenciamento de materiais desde a aquisição da matéria-prima até a entrega do produto acabado ao consumidor final, tem como principal função o planejamento e controle do fluxo de materiais, com o objetivo de maximizar a utilização dos recursos da empresa e fornecer ao consumidor um produto acessível. (ARNOLD, 2014, p. 09).

Segundo Arnold, Francischini; Gurgel (2004), em relação ao controle de abastecimento dos materiais a organização deve efetuar um bom planejamento produtivo e financeiro para poder atender seus clientes dentro do prazo.

As empresas precisam comprar bem seus materiais para que possam vender a um preço competitivo e, com isso, aumentar a sua lucratividade. Na aquisição de materiais as empresas acabam gastando aproximadamente metade dos recursos provenientes das vendas para comprar matérias-primas, componentes e suprimentos necessários para produção. (ARNOLD, 2014).

Durante a aquisição de materiais o *Just in Time* pode ser utilizado, não se limitando apenas na redução do nível de estoques, mas também na redução do tempo em geral. Com isso, ocorre um aumento da produtividade do trabalho, o fornecimento ocorre em prazos mais curtos, na hora certa, na qualidade, quantidade e no local certo. (WIENEKE, 2008, p.117).

A movimentação de materiais é vista como ponto chave para evitar custos desnecessários ou desperdícios na linha produtiva, além de garantir agilidade e economia de tempo. Para abastecer o processo produtivo é necessário que um dos três elementos básicos da produção se movimentem, homem, máquina ou o material. A determinação de qual elemento irá se movimentar será definida através do segmento que a empresa atua. (DIAS, 2010).

Também afirmam que é necessário a movimentação constante dos três elementos básicos de produção para que o resultado seja satisfatório após a finalização do produto. Entretanto, na maioria das vezes é o material que se movimenta na linha de produção.

3.1 ARMAZENAGEM DE MATERIAIS

O principal objetivo do armazenamento dos materiais é utilizar o espaço disponível para estocagem da maneira mais eficiente possível. A armazenagem deve ser bem planejada para possibilitar a rápida e fácil movimentação dos materiais desde o recebimento até a expedição. (VIANA, 2002).

Planejamento das necessidades de materiais Martins; Alt (2009, p. 118), ressaltam que o MRP (*materials requirement planning*) ou planejamento das necessidades de materiais é uma técnica que permite determinar as necessidades de compras dos materiais que serão utilizados na produção. Esse modelo de controle de estoques visa suprir os itens de demanda dos componentes dos produtos acabados no tempo certo. Segundo Tubino, (2009, p. 93), o MRP baseia-se nas quantidades de produtos acabados a serem produzidos em cada período, para que seja possível calcular as necessidades dos demais itens da estrutura do produto, identificando o roteiro de fabricação e de compras.

Wieneke (2008) ressalta que é através do suprimento das necessidades secundárias que é possível o suprimento das necessidades primárias, ou seja, as necessidades de materiais para a produção dos produtos previstos.

Entretanto, a administração de materiais vem sofrendo mudanças constantemente o que se torna fundamental que o gestor de materiais acompanhe as tendências e possa fazer o uso das mesmas para facilitar o seu trabalho e, também reduzir custos a empresa e atender o cliente no melhor prazo possível.

3.2 ESTOQUES

Para Francischini; Gurgel (2004, p.81) os estoques podem ser definidos como "quaisquer quantidades de bens físicos que sejam conservados, de forma improdutiva, por algum intervalo de tempo".

Slack et al (2002, p. 381) definem estoques "[...]como a acumulação armazenada de recursos materiais em um sistema de transformação [...]".

Na mesma linha de pensamento Corrêa et al (2016, p.29) evidenciam que os estoques são "acúmulos de recursos materiais entre fases específicas de processos de transformação".

Para Dias (2010, p.15) "a função da Administração de Estoques é maximizar o efeito lubrificante do *feedback* de vendas e o ajuste do planejamento e programação da produção." Visando otimizar o investimento financeiro e reduzir custos com armazenagem.

Existem quatro razões principais para a manutenção de estoques conforme Slack et al (2002, p. 407) evidenciam:

- para lidar com interrupções ocasionais e não esperadas no fornecimento ou demanda (estoque de proteção, isolador ou "de segurança");
- para lidar com a inabilidade de fabricar todos os produtos simultaneamente (estoque de ciclo);
- para lidar com flutuações conhecidas no fornecimento ou demanda (estoque de antecipação);
- para lidar com tempos de transporte na rede de suprimentos (estoque no canal de distribuição).

Os estoques de matérias-primas servem para regular as diferentes taxas de suprimento, pelo fornecedor, pela demanda e pelo processo de transformação. (CORRÊA et al, 2016, p. 31).

3.3 SISTEMAS DE CONTROLE DE ESTOQUES

O controle de estoques tem por finalidade comparar os resultados reais com os resultados esperados no planejamento, para posteriormente fazer uma análise das informações e verificar se os resultados estão atingindo as expectativas da empresa. É fundamental que esses registros sejam sempre documentados. (FRANCISCHINI; GURGEL, 2004).

Para que o controle dos estoques seja eficiente antes da implementação de novas técnicas é necessário que seja realizada uma organização conforme Dias (2010, p. 21) sugere:

- a) determinar "o que" deve permanecer em estoque: número de itens;
- b) determinar "quando" se devem reabastecer os estoques: periodicidade;
- c) determinar "quanto" de estoque será necessário para um período predeterminado: quantidade de compra;
- d) acionar o departamento de compras para executar aquisição de estoque: solicitação de compras;
- e) receber, armazenar e guardar os materiais estocados de acordo com as necessidades;

- f) controlar os estoques em termos de quantidade e valor; fornece informações sobre a posição do estoque;
- g) manter inventários periódicos para avaliação das quantidades e estados dos materiais estocados;
- h) identificar e retirar do estoque os itens obsoletos e danificados.

Ao final de cada mês é necessário que seja realizada uma avaliação dos estoques para identificar quanto que foi utilizado no mês, a quantidade de materiais em estoque e o valor que está imobilizado com estoques. Para que possa ser realizado um histórico, a fim de eliminar estoques desnecessários e planejá-los de acordo com a demanda. (BERTÓ; BEULKE, 2013).

"O método PEPS - Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair - consiste em atribuir como custo das mercadorias vendidas ou materiais transferidos do almoxarifado para a produção o preço das primeiras mercadorias ou materiais adquiridos." (BERTÓ; BEULKE, 2013, p. 163, grifo do autor).

A análise é feita pela ordem cronológica das entradas dos materiais e nessa avaliação aplica-se o custo real do material, ou seja, utilizando esse método é possível manter os valor aproximados dos preços atuais do mercado. (MARTINS; ALT, 2009). UEPS – Último a Entrar, Primeiro a Sair: esse método inverte a ordem cronológica de entrada no estoque, ou seja, o último lote que entrou no estoque é o primeiro a ser considerado para realizar o cálculo do custo, sendo separado dos demais lotes. (FRANCISCHINI; GURGEL, 2004).

O método UEPS utiliza o saldo do estoque com base no preço das últimas entradas. Ele é bastante utilizado em períodos inflacionários, pois ocorre um equilíbrio entre os preços dos produtos em estoque com os produtos já a venda no mercado consumidor. (MARTINS; ALT, 2009).

"[...] A avaliação do estoque final influi diretamente no custo dos bens vendidos ou das matérias-primas utilizadas na produção. Qualquer variação no valor do estoque repercute de imediato nos custos operacionais e conseqüentemente no lucro." (MARTINS; ALT, 2009, p.217).

Ou seja, os métodos de avaliação de estoques influenciam diretamente o resultado da empresa e devem ser escolhidos através de uma análise detalhada, para definição de qual será o mais eficiente a empresa.

3.4 SISTEMAS DE GESTÃO DE ESTOQUES

Para que ocorra uma gestão eficiente de estoques é necessário saber quando e quanto ressuprir conforme a medida de consumo da demanda, ou seja, é necessário a definição do momento do ressuprimento e a quantidade a ser ressuprida, para que a necessidade de demanda possa ser atendida sem contratempos. (CORRÊA et al, 2016).

Existem dois sistemas de gestão de estoques que são mais utilizados: o sistema de reposição contínua e o sistema de reposição periódica. (MARTINS; LAUGENI, 2005).

3.4.1 Sistema de reposição contínua

É bastante conhecido e muito utilizado, também é denominado como sistema de estoque mínimo ou sistema de ponto de reposição. Ele funciona da seguinte maneira: calcula-se um nível de estoque e quando o estoque do material alcança esse valor é emitida uma ordem para a reposição do estoque na quantidade, fixa ao longo do tempo, recomeçando o ciclo. (MARTINS; LAUGENI, 2005, p.274).

3.4.2 Estoques de segurança

Mesmo com o controle da demanda constante, do tempo de ressuprimento e da entrega do lote pelos fornecedores, ainda é necessário, manter uma certa quantidade de itens em estoques para casos como, o aumento do consumo ou atrasos na entrega de pedidos já efetuados. Para que os riscos de não atendimento das solicitações dos clientes externos ou internos possa ser diminuído. (MARTINS; ALT, 2009, p. 262).

A função dos estoques de segurança é proteger o sistema quanto a demanda e o tempo de reposição que variam ao longo do tempo. O dimensionamento pode ser representado pelo desvio padrão da variação da demanda pelo desvio padrão da variação do tempo de reposição. (MARTINS; LAUGENI, 2005, p.275).

Martins; Laugeni (2005, p.278) evidenciam que nos estoques de segurança pode ser feita uma aproximação prática pois:

Muitas vezes, não temos dados suficientes e devemos utilizar nossa experiência para determinar os níveis dos estoques. Nesses casos, devemos decidir com que nível de serviço devemos operar e calcular o valor de R. Em seguida, calcularemos a demanda média e obteremos o estoque de segurança por diferença.

Com a implementação do estoque de segurança a empresa tem uma segurança quanto ao bom andamento do processo produtivo, sem que esse seja interrompido a todo instante em decorrência a falta de materiais que deveriam estar em estoques. A melhor maneira de usá-lo na prática é recorrer a dados estatísticos para sua aplicação na administração dos estoques da empresa. (MARTINS; ALT, 2009, p.276).

3.4.3 Ferramentas auxiliares ao gerenciamento de estoques

As ferramentas são dispositivos usados para o trabalho real. Porém, as empresas não definem qual ferramenta utilizar, com isso, precisamos experimentar ferramentas novas, diferentes e as vezes melhores das que já foram utilizadas alguma vez. Ou seja, aprender e usar novas ferramentas e técnicas é essencial para a sobrevivência no mundos dos negócios que se encontra em constantes mudanças. (WHELLER, 2002, p.32).

O significado de *kanban* é sinalização visual, ou cartão, em japonês. Existe várias formas de se trabalhar utilizando o *kanban*. A determinação de qual método utilizar dependerá do gestor de materiais. (TUBINO, 2009).

O *kanban* é utilizado na fabricação em série e tem como objetivo reduzir a quantidade de material em circulação na fábrica e deixar o controle de produção mais fácil. (WIENEKE, 2008)

Para que a implantação do *kanban* tenha sucesso é necessário seguir algumas orientações: a necessidade de materiais deve ser constante conforme a fabricação em série; a fabricação deve ser flexível; os trabalhadores devem ser qualificados e

flexíveis; o tamanhos dos lotes devem ser padrão e; a reposição de materiais deve ser rápida para não parar a linha produtiva. (WIENEKE, 2008).

Just in time (JIT), visa atender a demanda no menor tempo possível, com qualidade diferencial e com a eliminação de desperdício de qualquer natureza, visando atingir estoques baixos. Com a utilização do JIT não só se economiza o capital de giro (através da redução dos níveis de estoques), mas também, ocorre um aprimoramento na linha produtiva visando melhores resultados por parte dos colaboradores. (SLACK et al, 2002).

O JIT “é um método de produção com o objetivo de disponibilizar os materiais requeridos pela manufatura apenas quando forem necessários para que o custo de estoque seja menor.” (MARTINS; ALT, 2009, p.127).

Segundo Slack et al (2002, p.488) “dentro da filosofia JIT, todo estoque torna-se um alvo para a eliminação. Entretanto, somente podem-se reduzir os estoques pela eliminação de suas causas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bom gerenciamento de uma Empresa envolve vários departamentos, onde esses devem trabalhar em conjunto trocando o máximo de informações possível para produzir um produto de qualidade com a melhor eficiência possível dentro do sistema produtivo.

O planejamento de estoque deve ser realizado conforme os pedidos dos clientes, ou seja, conforme o que o cliente solicita assim a linha produtiva deve se direcionar a produção tendo em mãos os recursos necessários. Além, trabalhar com uma margem de segurança em estoque é essencial na maioria das empresas, trabalhar com estoques mínimos para garantir o resuprimento sem causar prejuízos a organização.

O estoque de segurança proporciona os melhores resultados, e o gestor consegue planejar a aquisição de matéria prima conforme a demanda necessária. Levando em consideração as previsões baseadas em controles e análise para adquirir a matéria-prima.

Durante a aquisição da matéria-prima é necessário usar estratégias que diminuam os custos logísticos, utilizando transporte adequado, levando em consideração o custo e o prazo de entrega.

Visando obter uma comunicação eficaz entre departamentos, um bom sistema de informação gerencial, melhora o acompanhamento e reduz custos na obtenção da matéria-prima.

O sistema *kanban* de uma maneira mais simplificada é uma boa forma de controle de estoque que permite acompanhar todo o deslocamento do material na linha produtiva, proporcionando resultados positivos e melhorando a competitividade no mercado.

Tendo as informações de aquisição de matéria-prima e a quantidade em estoque, no início e término de cada período, o administrador de recursos de materiais pode analisar e gerenciar de forma eficaz toda a cadeia produtiva.

REFÊNCIAS

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de Materiais**: Uma introdução. Trad. Celso Rimoli Lenita R. Esteves. São Paulo: Atlas, 2014.

BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 422p.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão da Qualidade**: Conceitos e Técnicas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais**: Uma abordagem logística. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Prática da Administração de Empresas**. Trad: Carlos A. Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. **Administração de Materiais e do Patrimônio**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 310 p.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 441p.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da Produção**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 562 p.

SOUZA, Adilson Veiga e; ILKIU, Giovana Simas de Melo. **Manual de normas técnicas para trabalhos acadêmicos**. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. União da Vitória (PR): Kaygangue, 2017. 104 p.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. Trad. Maria Teresa Corrêa de Oliveira, Fábio Alher. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 747 p.

TUBINO, Dalvio Ferrari. **Planejamento e Controle da Produção: Teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: Um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2002.

WHELLER, Jim. **Como ter ideias inovadoras: deixe as novas ideias levarem você ao sucesso**. Trad. Equipe Market Books. São Paulo: Market Books, 2002.

WIENEKE, Falko. **Gestão da Produção: Planejamento da produção e atendimento de pedidos numa firma virtual**. Trad. Ingeborg Sell. São Paulo: Blucher, 2008.

GESTÃO DA INOVAÇÃO PARA PEQUENAS EMPRESAS

Jonatã da Silva Mariani
Marcos José Novakoski
Maria Luiza Klein Gonçalves
Sandro Roberto Mazurechen

RESUMO: A inovação tornou-se processo de suma importância no modelo econômico e social do mundo globalizado atual, inserindo as empresas em um meio competitivo e de grande exigência por parte de seus clientes, cada vez mais atentos às informações disponíveis em larga escala, fazendo com que a necessidade de se manter no mercado de maneira sustentável depende, dentre outros fatores, dos processos de inovação. As micro e pequenas empresas (MPE's) estão também incluídas neste contexto, e de maneira especial, diante de suas características peculiares, demandam respostas também particulares para o manejo da inovação, processo do qual tais empresas não podem abrir mão, não apenas pelas já citadas características do mercado atual, mas também, pelo fato de representarem a esmagadora maioria das empresas brasileiras. Para isso, o administrador necessita de ferramentas e modelos especiais de inovação, adaptados a cada caso, a fim de enfrentar os obstáculos mais comuns destas empresas, como a dificuldade de financiamento, mão de obra qualificada para a inovação e menor engajamento com as entidades de apoio à inovação tecnológica, decorrente, muitas vezes, da simplicidade das pessoas que conduzem tais negócios, e assim, manter-se no mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Gestão. Pequenas empresas. Estratégias.

ABSTRACT: Innovation has become a process of paramount importance in the economic and social model of today's globalized world, placing companies in a competitive and demanding environment on the part of their clients, increasingly attentive to the information available on a large scale, making The need to sustainably stay in the market depends, among other factors, on innovation processes. Micro and small enterprises (SMEs) are also included in this context, and in a special way, given their peculiar characteristics, they demand particular responses to the management of innovation, a process in which such companies can not Characteristics of the current market, but also because they represent the overwhelming majority of Brazilian companies. To this end, the administrator needs special tools and models of innovation adapted to each case in order to face the most common obstacles of these companies, such as the difficulty of financing, skilled labor for innovation and less engagement with the entities. Support for technological innovation, often resulting from the simplicity of the people who conduct such business, and thus remain in the market.

KEYWORDS: Innovation. Management. Small businesses. Strategies.

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da concorrência empresarial, a gestão da inovação vem se tornando muito importante para o desenvolvimento das organizações, tornando-se necessária a divulgação de conceitos e características dos processos de inovação nos seus diferentes focos com o objetivo de alcançar um diferencial competitivo.

O mundo dos negócios tem exigido cada vez mais do empreendedor a proatividade em relação a sua forma de agir ou de identificar de forma antecipada as demandas do mercado. Para conseguir bons resultados em seus negócios uma alternativa essencial é a inovação, conseqüentemente as empresas conseguirão obter

maiores fatias de mercado, novos clientes, desenvolvimento de tecnologia, assim tendo bom sucesso nos negócios.

As dificuldades de inovação enfrentadas pelas empresas de pequeno porte são a falta de recursos para investir em inovação, acesso a financiamento para inovação, informações sobre entidades de apoio à inovação tecnológica, pessoal capacitado, máquinas e equipamentos; informações sobre mudanças tecnológicas, confiança em parcerias e alianças para inovação tecnológica e informações sobre mercados.

Geralmente quanto mais inovadora uma empresa for, maior será sua competitividade e melhor sua posição no mercado em que atua, assim lucrando mais.

Diante do exposto, tendo em vista a necessidade atual, constante e cada vez maior das empresas, sejam de pequeno, médio ou grande porte, de inovar seus produtos e serviços, a fim de acompanhar a evolução das demandas de seus clientes, e permanecer engajado com a constante concorrência construtora do mercado, justifica-se a realização do presente estudo, com o objetivo de compreender de maneira geral e ampla os processos de gestão da inovação em empresas de pequeno porte, e especificamente, qual a importância da gestão para a inovação nestas empresas e quais as estratégias utilizadas para sua realização, assim como as dificuldades presentes nos processos de inovação, é o que se pretende.

2 GESTÃO DE INOVAÇÃO PARA PEQUENAS EMPRESAS

Segundo Moraes e Gomes (2013), inovação é um processo sistêmico de criação de valor que emerge a partir de um conjunto de fatores, sendo o conhecimento um dos seus principais insumos. Para uma inovação sistematizada é necessário o gerenciamento dos processos para se ter um bom resultado.

Ainda Gomes e Moraes (2013), afirmam que existem diferença entre invenção e inovação, sendo invenção a criação de algo inédito, mas que não encontrou ainda posição no mercado e inovação a função que relaciona ideia, aplicação e resultado comercial.

O homem inova constantemente buscando a sobrevivência e satisfazer suas necessidades físicas, lógicas e emocionais. No mundo dos negócios a busca de inovação também se repete, a necessidade das pessoas mudam, assim como os

produtos, processos e as tecnologias, mudam as organizações e seus métodos de trabalho. Como as empresas estão expostas à concorrência cada vez maior, inovar é a forma mais eficaz de manter-se competitivo (SEBRAE, 2010).

De acordo com Caron (2004), inovação é uma combinação de necessidades sociais e de demandas do mercado com os meios científicos e tecnológicos para resolvê-la, a inovação tecnológica é entendida aqui como a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços que possam ser colocados no mercado.

Inovar é a capacidade que o indivíduo empreendedor tem de implantar ideias capazes de gerar valor para o negócio, essas inovações se constituem em fenômenos complexos e passam por um ciclo que envolve seu surgimento, crescimento, maturidade e declínio. Cada um desses estágios pressupõe um conjunto de etapas que pode envolver atividades como a pesquisa, o desenvolvimento, a prototipagem, a produção, a distribuição, a comercialização, a entrega, a assistência técnica, o pós-venda, o marketing e a gestão da marca (SEBRAE, 2010).

2.1 CONCEITO DE PEQUENAS EMPRESAS

O critério adotado no Brasil para a definição de MPE's é a receita bruta anual, conforme se extrai do Estatuto da Micro e Pequena Empresa (L.C. 123/2011) cujos valores se encontram definidos nos seguintes patamares: é classificada como empresa de pequeno porte aquela com receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais) (GOMES & MORAIS, 2013).

3 ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS

As empresas de pequeno porte estão expostas a concorrência até mesmo com produtos estrangeiros, porém não dispõem das facilidades que os empresários estrangeiros têm para aprimoramento da qualidade de seus produtos (CARON, 2004).

Ainda Caron (2004), diz que a estratégia de inovação mais utilizada pela indústria paranaense é a de desenvolver tecnologia de inovação de produto dentro da própria empresa, sendo pouca utilizada as parcerias com universidades, centros de pesquisa e institutos tecnológicos.

De acordo com Sebrae (2010), a estratégia definida pode envolver diversas dimensões (Método, Ambiente, Pessoas, Estratégia, Liderança e Resultados) e pode ser desdobrado em Planos e Projetos, conforme seus objetivos. A organização que busca inovar tem como estratégia: a) preparação do ambiente e criação de uma cultura voltada para a inovação; planejamento da inovação - plano estruturado vinculado ao planejamento estratégico do negócio e desdobrado em projetos específicos; b) implantação de projetos voltados à obtenção das inovações planejadas; c) revisão sistemática do processo como um todo e incorporação do aprendizado.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA INOVAÇÃO

De acordo com Sebrae (2010), existem dez características da inovação que podem mudar seu processo dentro das empresas: (1) O risco de insucesso está sempre presente quando se busca inovar; (2) Pessoas criativas são a matéria-prima básica do processo de geração de inovações. Valorize os talentos; (3) Ambientes adequados geram transbordamentos favoráveis capazes de gerar insights criativos e inovações (4) A inovação é um processo aberto (5) A inovação pode ser obtida de formas distintas, inclusive através do uso de métodos estruturados (6) Inovação é um fenômeno que acontece em todas as áreas do conhecimento, inclusive nos negócios (7) A inovação deve estar alinhada à estratégia (8) A maioria das inovações vêm de três fontes básicas: clientes, concorrentes e funcionários (9) A inovação é um fenômeno que acontece no mercado (10) Inovar é criar valor para a empresa.

As empresas devem buscar inovação para aumentar seu desempenho e obter ganho decorrente da vantagem que conseqüentemente pode proporcionar aumento da demanda para seus produtos e serviços com a criação de novos mercados, diferenciação clara em relação aos competidores e aumento da qualidade percebida, melhor defesa de sua posição competitiva por meio de produtos e serviços com alto

grau de dificuldade para serem imitados, redução de custos com melhor eficiência de seus processos produtivos e gerenciais, ampliação de margens com produtos e serviços de alto valor agregado que lhes permita preço-prêmio diferenciado, aumento da competência para inovar com a prática de lançar produtos e serviços inovadores, que leva a empresa a aumentar sua habilidade, volume de conhecimento e atitude em relação à inovação. Ao longo do tempo, com capacitação e treinamento complementar, podem ocorrer lançamentos melhores e mais rápidos no mercado (CARVALHO; REIS & CAVALCANTE, p.18-19, 2011).

Os modelos de inovação são muito utilizados para compreender os processos que levam à inovação, sendo viável as empresas conhecê-los e escolher o mais adequado a sua organização e sua realidade, como os financeiros que regulam o mercado de ações, os de comportamento do consumidor, os de planejamento estratégico, entre tantos outros. Os modelos de inovação são constituídos por fases que evoluem do mais simples para o mais complexo à medida que se adquire maturidade de conhecimento escolher o mais adequado à sua realidade. O modelo linear tem uma sequência de etapas, desde a pesquisa básica e depois a pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, produção e a comercialização. O modelo science push fundamenta-se no argumento de que a pesquisa provoca transformações na produção e gera novos produtos ou processos. O modelo Market Pull coloca o mercado e seu impacto na economia e na sociedade como o grande demandante das necessidades que influenciam as atividades de invenção, implementação e adequado posicionamento mercadológico de novos produtos e serviços. O Modelo Tidd et alii pode ser utilizado por qualquer organização, tanto na produção de bens ou serviços, ele segue várias fases como buscar novas oportunidades de mercado considerando as pressões políticas, concorrentes e competidores; selecionar considera as oportunidades tecnológicas e de mercado, capacitação tecnológica e consistência com a estratégia da organização; Implementar aplicação de ideia de algo novo que possa ser aceito pelo mercado-alvo, por meio da execução de projetos e atendendo a critérios de prazo, custos e qualidade; aprender reflexão sobre o processo de inovação, por meio do registro das lições aprendidas, estimulando o reinício do processo e aplicando as mudanças necessárias em novos produtos e serviços. Modelo de inovação aberta é mais abrangente do que processos

tradicionais de desenvolvimento de novos produtos, pois requer a combinação de ideias criativas, consistentes e com valor dentro e fora da organização, fazendo o melhor uso de recursos e gerenciando riscos, principalmente o de falhas (CARVALHO; REIS & CAVALCANTE, p.41-54, 2011).

Segundo Sebrae (2010), algumas habilidades básicas são especialmente relevantes e necessárias para se promover e garantir a gestão da inovação como um processo dentro da empresa. Estas habilidades podem ser reforçadas com a implantação de algumas rotinas que contribuem para a potencializá-las, como:

Tabela 01 – Rotinas

Habilidades Básicas	Rotinas que contribuem
Reconhecimento	Buscar dicas técnicas e econômicas que desencadeiem o processo de mudança.
Alinhamento	Assegurar que há uma boa integração entre a estratégia de negócios e a mudança proposta.
Aquisição	Reconhecer as limitações da empresa e conectar-se com fontes externas para adquirir conhecimento, informações, equipamentos etc. Transferir tecnologia de várias fontes externas.
Geração	Ter a habilidade de criar alguns aspectos de tecnologia “da casa”, por meio de P&D, de grupos internos de engenheiros etc.
Escolha	Explorar e selecionar o que for mais adequado ao meio-ambiente e que se encaixe na estratégia, bem como na rede externa de tecnologia.
Execução	Gerenciar projetos de desenvolvimento de novos produtos/ processos do início até o lançamento. Monitorar e controlar esses projetos.
Implantação	Gerenciar mudanças introduzidas na empresa - técnicas e outras -, de forma a assegurar-se sobre a aceitação e uso efetivo das mesmas.
Aprendizagem	Avaliar e refletir sobre o processo de inovação, identificando lições para melhoria das rotinas de gestão.
Desenvolvimento da organização	Estabelecer rotinas efetivas – estruturas, processos, comportamentos subjacentes.

Fonte: Adaptado de Tidd, J. e J. Bessant. *Managing Innovation: Integrating technological, market and organizational change*. 4th. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd., 2009, página 73.

De acordo com Sebrae (2010), existem vários métodos e ferramentas que podem ser utilizados para se implantar a gestão da inovação na empresa, necessitando apenas o gestor encontrar a melhor que se adapta a sua organização. Visado auxiliar esse processo, foi elaborado um instrumento, baseado em 6

dimensões distintas, capaz de avaliar o grau de maturidade da gestão da inovação na empresa. Uma das ferramentas utilizadas pela gestão da inovação é o Mapel que avalia 6 dimensões sendo 5 ligadas aos processos estruturantes e uma voltada para avaliar os resultados obtidos. As dimensões são: Método, Ambiente, Pessoas, Estratégia, Liderança e Resultados. (1) Métodos: O principal desafio das organizações voltadas à inovação é desenvolver e implantar métodos e ferramentas capazes de criar um sistema voltado para inovar de maneira sistemática (obtida através do uso de método) e sistêmica (ocorrendo em todos os setores e níveis da organização). Segundo Drucker (1993) apud Sebrae (2010), os empreendedores precisam aprender a estimular, implantar e praticar a inovação de forma sistemática, em vez de esperar que as forças do acaso soprem a seu favor. (2) Ambiente: São mais abertos e flexíveis, onde amplas possibilidades de acesso a novas fontes de conhecimento e maior tolerância à diversidade sejam possíveis, atraem pessoas criativas e talentosas. Eles funcionam como um impulsionador dos talentos individuais e como um agente potencializador de interações geradoras de inovações, sendo um fator de sucesso para as empresas inovadoras. (3) Pessoas: As empresas devem estimular a criação de sistemas capazes de identificar, recrutar, manter, capacitar, reconhecer e recompensar as pessoas responsáveis pela geração de resultados galgados pelas inovações, valorizando os talentos. (4) Estratégia: Qualquer plano ou iniciativa voltada para inovar deve estar devidamente alinhada com a visão de futuro da empresa e com a estratégia do negócio. Segundo Sebrae (2010) apud Freeman (1997), dividiram a estratégia de negócio em algumas derivações, tais como: Ofensiva: busca atingir liderança técnica e de mercado, colocando-se à frente de seus concorrentes no lançamento de novos produtos/serviços ou processos. Defensiva: evita os riscos do pioneirismo no desenvolvimento e lançamento de produtos. Imitativa: adotada por empresas que, tipicamente, seguem os líderes em tecnologias estabelecidas e não têm pretensões de acompanhar o desenvolvimento das empresas ofensivas ou defensivas. Dependente: característica de empresas que perderam a iniciativa de projetar produtos/serviços ou processos. Dependem do desenvolvimento externo de tecnologias e cuja produção está vinculada às especificações e à assistência técnica de seus clientes. Tradicional: não veem a necessidade de mudar seu produto ou de empreender grandes esforços de inovação porque o mercado não demanda

mudanças e/ou o padrão de concorrência não exige avanços rápidos. Oportunista: A adoção desta estratégia implica especial habilidade para identificar e aproveitar novas oportunidades no ambiente. (5) Liderança: Para a inovação o papel da liderança é determinante, sua visão de futuro, escolhas estratégicas, apetite ao risco e tolerância aos erros, determinam como a empresa se comporta aos novos desafios e oportunidades que vão surgir. Os líderes devem fortalecer e promover uma cultura voltada para a inovação, construindo um ambiente adequado, disponibilizando os recursos necessários, institucionalizando processos, estabelecendo parcerias, reconhecendo e recompensando as pessoas em função dos resultados obtidos. (6) Resultados: A inovação só acontece quando existem resultados e eles são fundamentais para a sobrevivência da organização. Porém, nem sempre os resultados são consequência de um processo estruturado e sistemático. Por isso, é fundamental identificar se os resultados obtidos são decorrentes dos sistemas e métodos implantados, é preciso encontrar nexos causais (relação de causa e efeito) entre os resultados os métodos e ferramentas utilizados na gestão da inovação da empresa. Só quando se tem resultado do processo planejado e sistematizado é que se poderá dizer que estamos gerenciando a inovação na empresa.

De acordo com Moraes & Gomes (2013), a inovação é classificada em doze tipos que as empresas podem aproveitar para melhorar seu desempenho. As inovações que transformam mercados, criam novas categorias e mudam a base de competição de indústrias existentes ou incrementais com menor grau de novidade e menor impacto nos resultados, partindo do incremento de soluções e resultados novos sobre algo que já existe.

No quadro 02 a seguir, apresentam alguns tipos de inovação, além de exemplos que ilustram cada tipo de inovação.

Quadro 1: Tipos de inovação

TIPO	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Oferta	Desenvolvimento de novos produtos ou serviços	Viagra
Plataforma	Utilizar a mesma plataforma tecnológica ou componentes para criar novos produtos. Utilizar a modulariedade como estratégia.	Tela multitoque Apple
Soluções	Através da combinação de produtos, serviços e informação, criam-se soluções integradas às necessidades do público.	Nespresso Nestlé
Clientes	Identificar públicos ou segmentos não atendidos	Cartão de celular pre-pago
Experiência do consumidor	Repensar a interação da empresa com o público. Criar novas experiências e sensações.	Tok Stok
Captura de valor	Redefinir como a empresa é remunerada por seus produtos e serviços	Peixe Urbano
Processo	Redesenhar os processos para aumentar a eficiência	Hospital Sírio Libanês
Organização	Mudanças na estrutura de funcionamento da empresa. Pode envolver a alteração do escopo de atuação ou da forma como está organizada.	Google
Cadeia de fornecimento	Diferenciais no fornecimento, movimentação e entrega de produtos e serviços	Embraer
Presença	Criar novos canais de distribuição ou locais em que os produtos ou serviços podem ser oferecidos	Avon

Fonte: Innoscience, adaptado de Sahwney et al (2006)

4 DIFICULDADES DE INOVAÇÃO

Segundo Caron (2004), as principais dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas para inovar são a falta de recursos para investir em inovação, acesso a financiamento para inovação, informações sobre entidades de apoio à inovação tecnológica, pessoal capacitado, máquinas e equipamentos, informações sobre mudanças tecnológicas, confiança em parcerias e alianças para inovação tecnológica e informações sobre mercados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificou-se no presente trabalho, a alta necessidade das empresas em inovar seus produtos, bens ou serviços de acordo com a demanda de mercado, além do aumento da procura do cliente cada vez mais por produto bom, barato e

inovador, em perfil saudável qualiquantitivamente, independentemente do porte da empresa, faz aumentar a concorrência e a necessidade de competição.

As micro e pequenas empresas (MPE's), caracterizadas por ter receita bruta anual superior a R\$ 433.755,14 e igual ou inferior a R\$ 2.133.222,00 (dois milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e vinte e dois reais), se inserem nesse contexto, uma vez que estão diretamente atreladas às exigências do consumidor moderno, bem como à concorrência, já que tais empresas correspondem a 90% das empresa do país.

Atentando-se para as dificuldades que se apresentam às MPE's no processo de inovação, como falta de recursos para investir em inovação, dificuldade de acesso a financiamento para inovação, falta de informações sobre entidades de apoio à inovação tecnológica, pessoal capacitado, máquinas e equipamentos, informações sobre mudanças tecnológicas, confiança em parcerias e alianças para inovação tecnológica, informações sobre mercados, o administrador deve, com uso de técnicas e ferramentas de empreendedorismo, enfrentar tais dificuldades para atingir os objetivos gerais que exigem inovação.

Com a existência de variados modelos de inovação, cada um com suas especificidades, deve o gestor administrativo escolher o mais adequado a sua organização e sua realidade, como os financeiros que regulam o mercado de ações, os de comportamento do consumidor, a inovação aberta, o modelo Science Push, Market Pull e o modelo Tidd.

O mercado competitivo não se destaca somente aquele ao lado de sua organização e sim no mundo todo. Com a alta concorrência é necessário pensar em inovação a fim de atingir o tão almejado sucesso empresarial, devendo, para isso, adotar novas estratégias e práticas de gestão.

Aquelas organizações que não estão inovando conseqüentemente tendem a perder mercado, correndo o risco de desaparecer devido à falta de procura pelo consumidor, e por fim diante todo exposto, verifica-se que muito embora as dificuldades encontradas pelas pequenas empresas, estão não estão livres dessa tendência global.

REFERÊNCIAS

CARON, Antoninho. **Inovação tecnológica em pequenas e médias empresas.** Revista FAE business número 8 maio, 2004.

CARVALHO, Hélio Gomes de; Reis, DÁLCIO Roberto dos; CAVALCANTE, Márcia Beatriz. **Gestão da inovação.** Curitiba : Aymar, 2011.

MORAIS, K. M. A; GOMES, J. A. **Gestão da Inovação como Fator de Competitividade na Pequena Empresa.** São Paulo, 2013.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cartilha Gestão da Inovação,** Brasília, 2010.

OS PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA DE UM ESTUDANTE NA GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Dhyogo Domingues Vilela dos Santos
Elizania Caldas Farias
Maria Luiza Klein Gonçalves
Sandro Roberto Mazurechen

RESUMO: A questão da permanência dos alunos no ensino superior tem sido frequentemente discutida dentro do âmbito escolar, sendo este um grande desafio para as políticas educacionais atuais. O curso de Administração é uma referência para o Brasil e o mercado de trabalho como um todo. A atividade administrativa historicamente construída e que está em constante evolução, tem a necessidade que o profissional que atua nesta área atualize-se periodicamente, para se manter no competitivo mercado de trabalho. A era da Informação em que vivemos atualmente exige além de estratégias, dinamismo das instituições de ensino que preparam estes profissionais. Esta questão acaba sendo altamente influenciadora para a decisão de permanência ou evasão do ensino superior. A evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. Este estudo tem como objetivo apresentar os principais fatores que contribuem para a permanência ou evasão de um estudante na graduação que se manifestaram no curso de Administração das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu no período em que compreende os anos de 2018 e 2020. A investigação, para a busca dos principais fatores partiu de técnicas de amostragem para coleta de dados. Com a coleta foi possível identificar os principais fatores e com isso pode-se analisar as possíveis causas de evasão, sendo essas ainda classificadas em causas que poderiam ser evitadas ou não devido à natureza, conhecidos como fatores externos e internos, onde os fatores internos são ligados ao curso e os fatores externos relacionados com o aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão. Administração. Uniguauçu.

ABSTRACT: The question of the permanence of students in higher education has often been discussed within the school context, which is a major challenge for current educational policies. The Administration course is a reference for Brazil and the labor market as a whole. The managerial activity historically built and that is constantly evolving, it is necessary that the professional that acts in this area periodically update itself, to remain in the competitive labor market. The Information Age in which we live nowadays demands strategies and the dynamism of the educational institutions that prepare these professionals. This issue ends up being highly influential for the decision to stay or evade higher education. Evasion is a source of idleness for teachers, staff, equipment, and physical space. This study aims to present the main factors that contribute to the permanence or avoidance of a undergraduate student who manifested themselves in the course of Administration of the Integrated Faculties of the Iguaçu Valley during the period in which they comprise the years of 2018 and 2020. Research, for the search of the main factors came from sampling techniques for data collection. With the collection it was possible to identify the main factors and with this it is possible to analyze the possible causes of evasion, being these still classified in causes that could be avoided or not due to the nature, known as external and internal factors, where the internal factors are linked to the course and external factors related to the student.

KEYWORDS: Evasion. Management. Uniguauçu.

1 INTRODUÇÃO

A permanência de alunos no Ensino Superior tem sido motivo de preocupação entre as instituições de ensino superior e órgãos governamentais de todo país. Principalmente entre as privadas devido à crise político-econômica em que o Brasil

está passando nos últimos anos, ocasionando uma insegurança em relação à estabilidade financeira e fazendo assim com que muitas pessoas optem por usar seus recursos com as principais necessidades básicas de sobrevivência, deixando em segundo plano a busca por um diploma no ensino superior e profissionalização. Ainda pensando naqueles que já estão matriculados no ensino superior, a permanência ou não passa a ser uma questão de decisão das prioridades. A preocupação de uma instituição de ensino superior pode ir além do motivo financeiro e a baixa nos recursos para se manter ativa, há uma preocupação também em relação à desaceleração no desenvolvimento regional e os impactos negativos que a falta de profissionais qualificados pode ocasionar, pois segundo Silva Filho et al. (2007) estudantes que iniciam a graduação e desistem são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor privado significa perda de receitas, no setor público são recursos investidos sem o devido retorno. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico em todas as instituições.

Não existem muitos trabalhos, nem literaturas suficientes que esclareçam definitivamente e trazem pesquisas e discussões sobre o assunto. Dentre os poucos estudos encontrados destacam-se os que buscam entender e explicar as possíveis causas e consequências da evasão nos cursos de graduação e ensino superior como um todo. Estes estudos como o de Zago (2006) apresentam fatores relevantes que trazem dados preocupantes que vem aumentando desde então. Segundo o autor somente 9% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior, esse valor foi considerado um dos índices mais baixos da América Latina no texto do autor.

Silva Filho e Hipólito (2009) vem para complementar a ideia e confirmar a situação que o ensino superior brasileiro vem atravessando há algum tempo. Apontando assim dados que dizem que somente 8% da população adulta tem o ensino superior completo, enquanto que os outros países como Coréia, Espanha, Rússia e Chile aparecem com índices superiores, evidenciando dessa forma a gravidade a qual se retrata a educação como um todo.

Pesquisas sobre evasão no ensino superior afirmam que a decisão de abandonar os estudos e deixar para trás um diploma de graduação, não é nada mais que a combinação de fatores sociais, econômicos e pessoais, ou seja, o ingresso por vezes precoce no mercado de trabalho a fim de atender necessidades financeiras,

aliados a falta de condições oferecidas pelo ensino que deveria anteceder o chamado segundo grau e ainda a incompatibilidade com professores e organização escolar proposta pela instituição (BRAGA et al., 2003).

Gaioso (2005) traz uma visão reflexiva a fim de identificar e descrever o que seriam os principais motivos que causam a evasão dos alunos do ensino superior entre as Instituição de Ensino Superior (IES) de todo o país. Na obra o autor, descreve itens observados em seu trabalho de campo e que são apontados pelos acadêmicos, sendo eles, a falta de orientação vocacional, imaturidade do estudante, reprovações sucessivas, dificuldades financeiras, falta de perspectiva de trabalho, ausência de laços afetivos na universidade, ingresso na faculdade por imposição familiar, casamentos não planejados e nascimento de filhos.

Diante deste contexto o presente trabalho parte da investigação via pesquisa de campo voluntária, para colaborar com a literatura e evidenciar junto aos acadêmicos as causas de possíveis evasões, desta forma, apresentar propostas que podem levar as soluções e métodos de integração dos alunos junto à Instituição de Ensino Superior.

Este estudo tem como objetivo apresentar os principais indicadores de motivação para a permanência nos estudos que se manifestam no curso de Administração das Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu no período em que compreende os anos de 2018 para 2020. E a partir destes dados, propor ações sobre estes indicadores de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Uniguaçu.

Através de uma pesquisa de campo, aplicou-se uma técnica de amostragem estratificada proporcional, os alunos, voluntariamente, responderam um questionário virtual onde os mesmos não necessariamente se manifestaram em relação à identidade. Com a coleta foi possível identificar os principais fatores e com isso analisar as possíveis causas de evasão, sendo essas ainda classificadas em causas que poderiam ser evitadas ou não devido à natureza, conhecidos como fatores externos e internos, onde os fatores internos são ligados ao curso e classificam-se em: infraestrutura, corpo docente e o apoio ao acadêmico em relação ao sócio educacional e os fatores externos relacionados com o aluno, classificando-se em: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal. (Paredes, 1994).

Sendo uma das responsabilidades da Comissão Própria de Avaliação – CPA da instituição de ensino superior a identificação desses fatores e apresentar as possíveis propostas de melhorias ou transformações das fragilidades em potencialidades.

No questionário aplicado, os fatores foram classificados em uma escala sendo, 1, 2, 3, 5 e 7, onde cada, representa: 1, o fator possui a menor influência; 2, o fator possui pouca influência; 3, o fator possui influência; 5, o fator possui grande influência; 7, o fator possui a maior influência. Conforme ilustração abaixo (Figura 1).

Figura 1: Modelo de questionário aplicado

Dentre as opções abaixo, classifique as que influenciam na sua permanência na Uniguaçu e o grau de influência. (em uma escala de 1 a 7, onde 7 classifica o item com maior grau de influência e 1 classifica o item com menor grau de influência. *

	7	5	3	2	1
Formação Profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qualidade no Ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: Os autores (2020).

2 DISCUSSÃO

Gaioso (2005) define a evasão escolar como a interrupção do ciclo de estudos, segundo o autor, este fenômeno está diretamente relacionado com o andamento e estruturação da sociedade. Visto que a permanência ou não em cursos de ensino superior tornam-se outrora índices de desenvolvimento, seja regional, estadual e até mesmo nacional.

Segundo Veloso e Almeida (2001) e Silva Filho et al. (2007) nem todas as Instituições de Ensino Superior se preocupam em atender às necessidades acadêmicas com projetos de assistência institucional profissionalizada de combate à evasão. Os autores afirmam ainda que esta falta de política para que ocorra uma maior permanência dos alunos das IES, pode ser um fator determinante na decisão de abandono de curso na maioria das vezes.

Os principais fatores que contribuem para a permanência ou evasão de um estudante na graduação estão ligados a diversos fatores que são comumente

classificados em internos e externos. Dias; Theóphilo e Lopes, (2010) corroboram com o estudo destacando que dentre esta classificação podemos destacar e analisar alguns dos mais citados na literatura.

Causas Internas:

- **Infraestrutura:** A falta de estruturas físicas adequadas dentro de uma Instituição de Ensino Superior acaba desencadeando declínio no desempenho escolar e desta forma acarreta desinteresse e influência para o caminho da evasão.
- **Corpo Docente:** A expectativa acadêmica por uma atuação de qualidade dos professores universitários acaba por exigir profissionais gabaritados e com metodologias atraentes e atualizadas.
- **Grade curricular/Turno:** A atualização da grade curricular é avaliada sempre pelo mercado de trabalho e pelo acadêmico que se preocupa em manter-se apto a se destacar neste mercado. A oferta de curso noturno possibilita ao estudante poder trabalhar durante o dia e assim manter os custos do ensino superior.
- **Assistência aos Alunos de Baixa Renda:** Alunos com problemas financeiros apreciam programas internos das instituições privadas que de alguma forma auxiliem os mesmos com atividades socioeconômicas tais como financiamentos próprios entre outros.

Causas Externas

- **Falta de Orientação Profissional:** Muitos acadêmicos ingressam em um curso superior sem todas as informações necessárias sobre o curso escolhido. E acabam no decorrer dos estudos percebendo que o mesmo não lhe proporciona realização pessoal e nem profissional imaginada. Neste caso a divulgação dos cursos das IES é fundamental e insubstituível.
- **Pressão Familiar:** Desencadeada quando principalmente os pais exercem influência sob os filhos, que muito jovens precisam decidir sobre a sua

formação e acabam ingressando na faculdade para preencher uma exigência social.

- Descontentamento com o Curso e sua Futura Profissão/Desmotivação: Nos primeiros períodos a evasão é mais comum, visto que os vínculos entre acadêmico e faculdade ainda estão se firmando. A integração dos calouros com a realidade da faculdade e curso é imprescindível, e eficaz para a permeância dos mesmos.
- Distância entre domicílio e universidade/ Difícil acesso à universidade: A desistência de um curso de ensino superior pode ser dada ainda pelo gasto e distância no deslocamento até a faculdade. Muitos alunos não residem na cidade onde o curso é ofertado, desta maneira quando não existe a possibilidade de mudança de cidade devido a localização da mesma, o gasto para muitos não é visto como investimento.

No entanto, mesmo destacando alguns fatores que a literatura considera com maior grau de influência, verifica-se na maioria das vezes que os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo e financeiro, para conclusão do curso, seja a visão acadêmica sobre o custo benefício desta escolha. Portanto, ele acha que o “sacrifício” para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena (SILVA FILHO *et al.*, 2007).

Diversos são os conceitos e fatores citados em trabalhos bibliográficos para descrever a evasão escolar, tema amplamente difundido que pode ser resultado de vários processos sociais e culturais desde o simples descontentamento com o curso como as demandas democráticas como um todo (KIRA, 1998).

Por fim Aparecida *et al.*, 2010, destacam e desta forma reafirmam que essas questões podem ser trabalhadas no processo da autoavaliação da instituição de ensino superior, as quais devem fazer que parte das medidas tomadas pelos gestores para identificar e tomar decisões para corrigir as fraquezas internas e assim elevar a qualidade de ensino pretendida.

Lobo (2012) conclui que o problema da evasão deve ser discutido com todos os envolvidos, não sendo apenas um problema individual do aluno e sim de interesse e atenção de todas as áreas acadêmicas e administrativo-financeiras. Necessitando

de atitudes e estratégias dos gestores, professores, colaboradores e representantes de alunos, pois o tema deve ser alvo não só de pesquisa, mas acompanhamento e avaliação das IES como um todo.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Braga; Peixoto e Bogutchi (2003) estudos sobre evasão do ensino superior brasileiro não apresenta interesse de pesquisa, não tendo assim grande e ampla pesquisa na área. A maioria dos estudos referente a este assunto foram desenvolvidos na década de 80, mas apenas em alguns cursos para obtenção de dados Ministério da Educação (MEC) e por universidades públicas.

Subentende-se que a maior parte das IES promove como política interna a colaboração de professores qualificados e interessados para melhor atender a necessidade dos alunos. Porém, a evasão nem sempre é influenciada apenas por esses aspectos e características, sendo assim a capacitação profissional não é unicamente função da educação superior. (DIAS SOBRINHO, 2008).

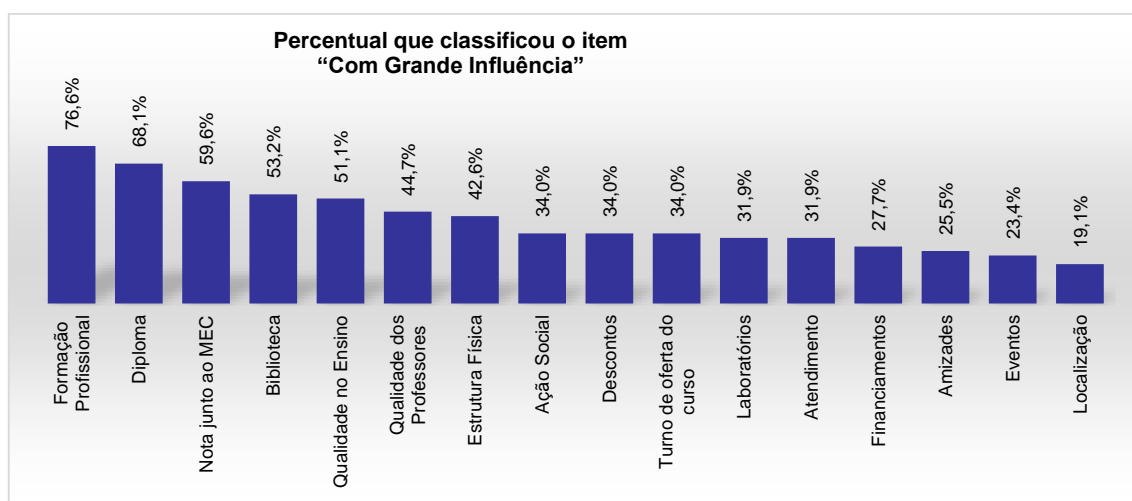
Oliveira (2009) reforça essa ideia, quando afirma que a educação superior tem a maior parte do público de adultos, ou seja, o professor é o intermediador do conhecimento e cabe o aluno se encontrar como acadêmico de graduação em sala de aula. O autor ainda trata a permanência dos alunos de ensino superior como a construção motivacional para que ele sinta vontade de permanecer e finalizar um curso com dedicação, disciplina e sacrifício.

Desta forma após obter os resultados da pesquisa de campo em valores numéricos é possível afirmar que, os acadêmicos do curso de administração da Uniguaçu, conforme gráfico 1, apresentam como fator com maior influência para permanecer no curso a sua formação profissional. Já citado pelo MEC (1996), devendo ser a principal preocupação das instituições de ensino superior a formação dos estudantes para o exercício profissional.

Sendo na seqüência classificado pelos mesmos a aquisição de um diploma. Conforme Costa (1991) a saída do estudante da universidade pode estar associada a qualquer motivo, financeiro, econômico ou social, exceto a diplomação.

Nota do curso junto ao MEC, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos superiores. Ele é calculado no ano seguinte ao da realização do Enade, sendo o curso de Administração da Uniguauçu tendo nota 4,0 no ano de 2018 (INEP, 2019). Pontuando desta maneira os três maiores percentuais atribuídos pelos acadêmicos para justificar sua permanência no curso de Administração.

Gráfico 1: Percentual que classificou o item “com grande influência” para sua permanência no curso.



Fonte: Os autores (2020)

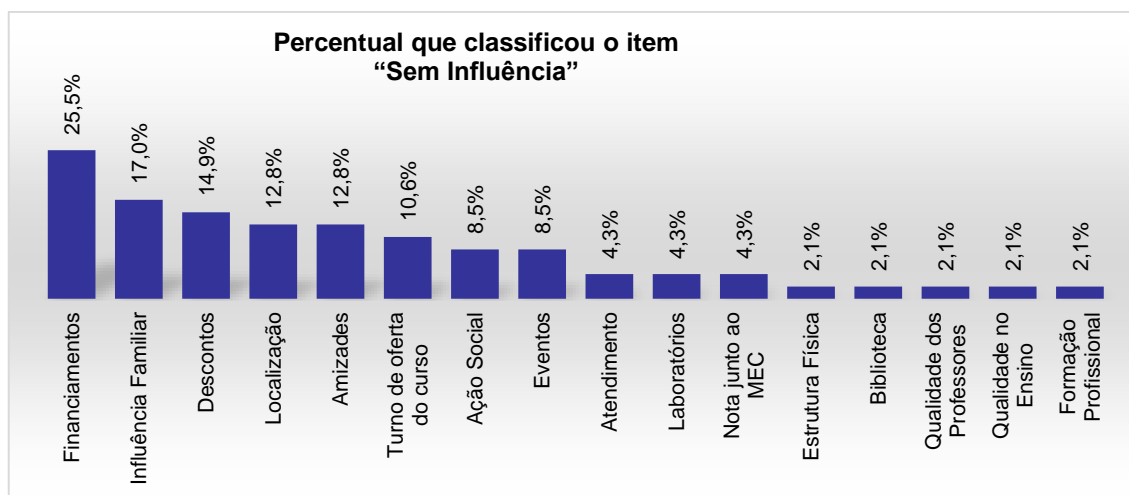
Ao observar os demais resultados obtidos e reorganizá-los é possível perceber no gráfico 2, que outros fatores foram pontuados como pouca ou sem influência para a decisão de permanência do curso de ensino superior. Sendo eles principalmente os financiamentos, influência familiar, descontos e localização.

Ao analisar o item financiamentos e o item descontos na perspectiva de que a combinação de fatores sociais, econômicos e pessoais interferem, é possível realizar um comparativo com o trabalho de Machado; Melo Filho e Pinto (2005) que apontaram dentre vários os fatores que podem ser considerados responsáveis pela evasão escolar no ensino superior, a situação financeira, tendo em vista que a maioria da população brasileira se encontra na chamada classe média/baixa. Neste contexto subentende que a avaliação realizada pelos acadêmicos entrevistados é de que um financiamento não é tão interessante visto que pode ser entendido como uma dívida estimada para pagamento a longo prazo. Desta forma os autores Gaioso (2005) e Gisi

(2006) corroboram com a informação que a condição financeira não é mais a principal justificativa para abandono de cursos superiores, pois de acordo com os autores, o desligamento dos cursos também ocorre nas instituições públicas. Cardoso (2008) traz ainda a ideia de que a questão financeira não evidencia relação com a evasão no ensino superior, já que outros autores não a apontam como contribuição para esta prática.

Em relação à influência familiar não ser um fator determinante para uma possível evasão do ensino superior, podemos atribuir o fato a colocação dos autores, Teixeira e Gomes (2004), que relevam em seu trabalho a característica da família brasileira, que na maioria das vezes permite e incentiva a permanência dos filhos no ambiente familiar, por tempo indeterminado, até mesmo para ampará-los durante o período de ingresso e conclusão de um curso superior. Diferente de outros países, por exemplo, que segundo os autores, prevalece a saída da casa da família de origem quando ocorre o ingresso em uma universidade. Sendo assim, os mesmos não recebem apoio e influência familiar na tomada de decisões.

Gráfico 2: Percentual que classificou o item “sem influencia” para sua permanência no curso.



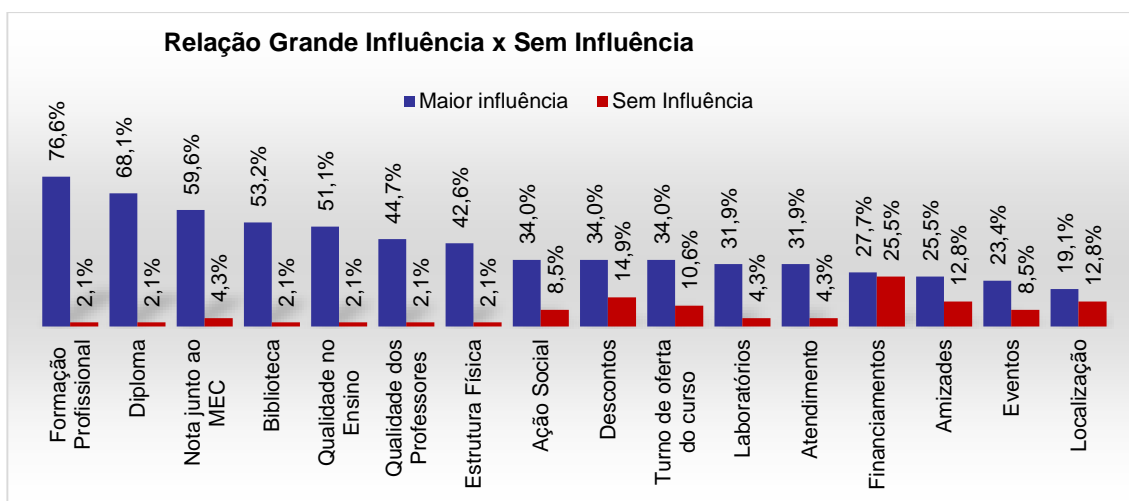
Fonte: Os autores (2020)

Levando em consideração todas as abordagens da literatura e a análise detalhada dos resultados mediante os gráficos. Entende-se que os acadêmicos do curso de Administração da Uniguaçu, priorizam os fatores internos, sendo eles, com maior índice de influência para a permanência no curso a formação profissional de

qualidade que obtém com esta graduação, a importância de se ter um diploma na área de atuação e a nota do curso da instituição perante o MEC.

Em contra partida os fatores externos apresentam menor influência, em relação a permanência ou não no curso e foram desta forma considerados pelos acadêmicos menos importantes na sua trajetória acadêmica. Sendo eles principalmente, em escala de grau de importância, financiamentos, influência familiar e descontos. Conforme esta apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3: Relação Grande Influência x Sem Influência para sua permanência no curso.



Fonte: Os autores (2020)

Os resultados obtidos levam a concluir que os fatores avaliados no curso estudado se apresentam de forma heterogênea, sendo que a sua influência pode ser percebida com maior clareza onde os índices ultrapassam 50%.

Neste contexto foi possível observar que a maior influência compete aos fatores decisivos à carreira profissional, deixando assim com que os índices com caráter emocional permanecem neutros.

Estudos com esta perspectiva deve ser motivo de atenção por parte da instituição. Sugerido para identificar e sanar dificuldades encontradas pelo aluno de maneira a atenuar os atuais índices de evasão.

REFERÊNCIAS

APARECIDA, CRISTIANE; BAGGI, SANTOS; LOPES, DORACI ALVES. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. 2010. BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. do C. L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso de UFMG. **Avaliação**: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, set. 2003.

CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**. 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COSTA, A. L. da. **Evasão dos cursos de graduação da UFRGS em 1985, 1986 e 1987**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior: avanços e riscos**. EccoS. São Paulo, v. 10, n. especial, p. 67-93, 2008.

DIAS, Ellen C. M.; THEÓPHILO, Carlos R.; LOPES, Maria A. S. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - MG**. São Paulo: Êxito, 2010.

GAIOSO, N. P. de L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GISI, Maria Lourdes. **A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conceito-preliminar-de-curso-cpc>. Acesso em 12 maio, 2018.

KIRA, Luci Frare. **A evasão no ensino superior: o caso do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (1992-1996)**. 1998. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1998.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012. Machado, S. P., Melo Filho, J. M. & Pinto, A. C.. A evasão nos cursos de graduação de química: Uma experiência de sucesso feita no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro para diminuir a evasão. **Quím. Nova**, 28, S41-S43. 2005. MEC. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Avaliação**: Revista de rede de avaliação institucional da educação superior. Campinas, v. 1, n. 2, p. 55-65, dez. 1996.

OLIVEIRA, F. B. de. **Desafios da educação: contribuições estratégicas para o ensino superior.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

PAREDES, A. S. **A Evasão do terceiro grau em Curitiba.** São Paulo: NUPES, 1994. PPI, Projeto Pedagógico Institucional. Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU, 2015.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; HIPÓLITO, Oscar. **Financiamento e expansão do ensino superior.** Disponível em: http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_067.pdf. Acesso em: 10 maio, 2016.

SILVA FILHO, R. L. L. *et al.* **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. v. 37 nº. 132 set./dez. 2007.**

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; GOMES, William Barbosa. Estou me formando... e agora?: Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Rev. bras. orientac. prof**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 47-62, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 fev, 2017.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. **Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: Um Processo de Exclusão.** 2001.

ZAGO, Nadir. **Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

TRABALHO E IMIGRAÇÃO: ANALISANDO OS RESQUÍCIOS DA ESCRAVIDÃO

Elizania Caldas Farias
Marcos José Novakoski
Sandro Roberto Mazurechen

RESUMO: O presente artigo analisa a raiz escravocrata brasileira, os golpes políticos perpetrados no Brasil até a abolição do regime servil e a substituição de tal sistema pelo capitalismo, com a específica exploração de imigrantes, além da segregação racial, denotando assim como o caráter escravista do Estado brasileiro, que serve aos interesses do empresariado em prejuízo da classe trabalhadora até hoje. Neste sentido, a pesquisa tem como finalidades: (A) indicar a contínua abusividade do empregador, que segue viva atualmente com a precarização das condições de trabalho das pessoas vulneráveis, tais como os imigrantes; (B) apresentar a mobilidade do capitalismo, consubstanciada pelos recentes fluxos migratórios que surgem em proveito da fragilidade do imigrante, demonstrando a naturalidade que possui o empregador para desconsiderar a condição humana de seus subordinados, submetendo o trabalhador a uma situação análoga à de escravo.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Imigração. Trabalho. Vulnerabilidade. Capitalismo.

ABSTRACT: The present article analyzes the Brazilian slave roots, the political coups perpetrated in Brazil until an abolition of the servile regime and substitution of such a system by capitalism, with a specific exploitation of immigrants, besides the racial segregation, denoting as well as the slave character of the Brazilian State, which serve the interests of business to the detriment of the working class to this day. (A) indicate the continuing abusiveness of the employer, who is still alive with the precarious working conditions of vulnerable people, such as immigrants; (B) present a mobility of capitalism, consubstantiated by recent migratory flows that arise in proving the fragility of the immigrant, demonstrating a nature that the employer has for a human condition of his subordinates, subjecting the worker to a situation analogous to the slave.

KEY WORDS: Slavery. Immigration. Job. Vulnerability. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, cabe destacar que a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, pela Lei Áurea, teve, além de natureza política, viés social e econômico, pois “na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre, sendo essa a sua única e inicial adjetivação, e não a de trabalho assalariado” (MARTINS, 2015, p. 29).

Outrossim, István Mészáros (2002, p. 102) indica o “trabalho livre contratual” como substituto da escravidão, mas em versão que “absolve o capital do peso da dominação forçada”, uma vez que a “escravidão assalariada” não precisa ser imposta, sendo inconscientemente incorporada pelo trabalhador.

É importante esclarecer que a pretensão de examinar os restos da escravidão decorre do sentido atribuído por José de Souza Martins (2015, p. 28) aos “restos feudais” como “diferentes relações de trabalho no meio rural, quase todas, de modo geral, originadas da extinção do trabalho escravo”, tendo como finalidade indicar a origem e a essência exploradora do trabalho como meio de obtenção de lucro, o que é revelado pela alteração do sistema escravista ao trabalho livre pela “transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter” (MARTINS, 2015, p. 31).

A conversão do trabalho escravo em trabalho livre reflete características marcantes do Estado brasileiro – que indicam a lógica do capital e, portanto, das classes dominantes – consistentes, na perspectiva de Uelber Barbosa da Silva (2012, p. 95-97), no preconceito e na segregação social e econômica em face da raça negra, de forma que, “alienados socialmente, os negros sofrem toda forma de exploração e de preconceitos manifestos até a atualidade como o resultado da disseminação das ideias das classes dominantes”.

Os empresários e industriais optaram, ao final do século XIX, com a abolição do sistema escravocrata, pela substituição da mão de obra escrava pelo imigrante branco, o que “contribuiu para sedimentar a exclusão do trabalhador negro liberto. A exclusão do afro-descendente no Brasil, base da desigualdade racial histórica, é produto de uma política do Estado oligárquico-burguês da República Velha” (*sic*). (ALVES, 2007, p. 99).

Neste contexto, Giovanni Alves (2007, p. 100) destaca que o imigrante branco “passou a constituir o proletariado industrial e o trabalhador negro recém-liberto tornou-se agregado social. Esta morfologia da superpopulação relativa dos primórdios da industrialização brasileira iria imprimir sua marca no mundo do trabalho no Brasil até os dias de hoje”. (ALVES, 2007, p. 100).

É importante ressaltar que a alienação do capital possui o racismo como uma relevante categoria, mas tem como principal aspecto a exploração da vulnerabilidade do trabalhador em geral – e não só o imigrante –, que se sujeita à precarização, em flagrante sacrifício de sua dignidade, o que decorre de um processo de exploração

que se destina a promover o lucro das empresas às custas da vida do trabalhador, independentemente de sua condição.

A vulnerabilidade “pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade” (MONTEIRO, 2011, p. 35), em circunstâncias que se aplicam naturalmente aos trabalhadores e se agravam no caso do imigrante em virtude das dificuldades naturais da imigração, tais como as adversidades pela adaptação com questões como moradia, comunicação e recepção no mercado de trabalho brasileiro.

Para o Ministério do Trabalho (2007, p. 20), a vulnerabilidade consiste na “posição de segmentos da força de trabalho que têm menor capacidade de enfrentar situações de risco, de controlar as forças que afetam as possibilidades de aproveitar as oportunidades de boa inserção ocupacional propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade”, resultando com isso na condição precária de trabalho ou no desemprego pela falta de oportunidades.

Robert Castel (1997, p. 27) entende a vulnerabilidade como “um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional. [...] É a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação”, propiciando, portanto, a exploração das condições de trabalho dos imigrantes em níveis desumanos.

A marca do escravismo é perceptível pela constante exploração desumana nas relações de trabalho vivenciadas hoje, o que motiva o início da análise pela pesquisa bibliográfica sobre o último século de escravidão no Brasil, com o fim de analisar o processo político, econômico e jurídico que culminou na abolição e a posterior adaptação do liberto ao sistema mercantil, sujeito à concorrência e ao preconceito, bem como para levar em conta a herança que recebeu a atual classe dominante dos proprietários rurais que detinham o poder político e econômico ao longo do século XIX, dotados de um racismo natural à conjuntura socioeconômica da época, administrando o Império brasileiro com a prioridade de manutenção da situação financeira, inclusive utilizando a legislação e demais funções e prerrogativas políticas para fazer imperar o preconceito e a exclusão, com a desconsideração da condição

humana do trabalhador, seja ele o escravo, o liberto ou o imigrante, o que repercute na atualidade na cultura e na ideologia do empregador que, com isso, ignora a condição humana de seu subordinado, sujeitando-o ao trabalho precário.

Atente-se, ainda, à observação de Florestan Fernandes (1979, p. 24) no sentido de que a história é relatada na perspectiva “branca e senhorial”, que despreza o escravo e ignorando sua condição de ser humano, condenando a escravidão sem destacar a relevância desse sujeito à produção agrícola e, portanto, ao capital brasileiro até o fim do século XIX, o que resultou na lentidão dos processos políticos e jurídicos desenvolvidos teoricamente em favor dos escravos e em atendimento à opinião pública da época.

Cumprir destacar que “ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje” (*sic*) (FERNANDES, 1979, p. 54), identificadas na legislação como “trabalho em condição análoga à de escravo”, mas desenvolvida com diversas denominações, todas com sentido equivalente à “escravidão assalariada” definida por Mézáros (2002, p. 102), o que já era percebido pelos trabalhadores livres brasileiros na década de 1870, com a impressão de que o trabalho na fazenda seria “o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo”. (COSTA, 1998, p. 173).

Persiste, deste modo, a marca da escravidão nas relações de trabalho contemporâneas, e não apenas nas situações de trabalho em condição análoga à de escravo, que se limita a circunstâncias extremas definidas pelo legislador, mas também em demais espécies de exploração do trabalhador, como sua sujeição ao “trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado” (ANTUNES, 2013, p. 105), hipóteses em que se constata a indiferença do empregador com a dignidade e a vida de seus subordinados, o que decorre da cultura herdada do período escravista, que possibilita o entendimento do trabalhador reduzido à condição de coisa, isto é, como mero instrumento capitalista, de modo que o trabalho livre surge “sobre as ruínas da escravidão”. (MARTINS, 2015, p. 56).

Essa insensibilidade do empregador capitalista denota os restos de escravidão expostos diariamente nos casos de exploração e de indiferença com as condições e os direitos do trabalhador, em manutenção do abuso da vulnerabilidade do sujeito que, carente de representatividade ou meios de aprimorar sua situação econômica e

social, não vê alternativa senão se submeter ao trabalho precário e aos demais artifícios do capital, em contexto que indica a relevância do estudo do paulatino processo pelo qual se deu a abolição da escravatura no Brasil e dos primeiros fluxos migratórios que serviram para a substituição da mão de obra escrava nos campos brasileiros, ainda no século XIX.

2 O LENTO PROCESSO POLÍTICO PELA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A GÊNESE DA IMIGRAÇÃO SELETIVA NO IMPÉRIO BRASILEIRO: DA ESCRAVIDÃO AO CAPITALISMO

No Brasil anterior à Proclamação da Independência, ocorrida em 1822, um terço da população era formada por escravos, que não atuaram na dianteira ou de maneira ativa em favor do processo de abolição, em razão dos grupos heterogêneos de escravos de “nações africanas distintas e muitas vezes hostis umas às outras; coisa de que a administração pública e os senhores sempre cuidaram muito, procurando impedir a formação de aglomerações homogêneas”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 142).

O confronto ao regime servil passa a receber a posição favorável da opinião pública após a Independência, com críticas à manutenção do sistema escravocrata em virtude de sua desmoralização, pois como indica Caio Prado Júnior (1994, p. 147), “o que as contingências históricas destinam ao desaparecimento não tarda em perder sua base moral”.

A escravidão foi, contudo, sustentada naquele momento pelo discurso da classe dominante em virtude da “atitude incoerente e contraditória das opiniões da época: enquanto se critica a escravidão, sustenta-se energicamente sua manutenção; reconhecem-se seus males, mas raros ousam ainda combatê-la francamente e propor medidas efetivas e concretas para sua extinção”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 143).

No início do século XIX, predominava a proteção da classe dominante brasileira à manutenção do sistema servil. Contudo, existiram pessoas que “não se identificavam inteiramente com sua própria classe” (COSTA, 2010, p. 16-19), como Hipólito da Costa, José Severiano Maciel da Costa e José Bonifácio de Andrade e Silva.

Com a Independência, os proprietários rurais passam a ser “a força política e socialmente dominadora”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 143-144), utilizando a condução

política do Império brasileiro ao seu interesse, consistente na manutenção do sistema escravista, em que pese a contradição estrutural que a escravidão implica à organização do Brasil como Estado independente.

Aos interessados na abolição, o primeiro passo foi a extinção do tráfico, que “constituía assunto internacional que afetava a comunhão de todos os países e nações do mundo” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 145), sendo que a “oposição internacional ao tráfico” atingiu a escravidão no Brasil em época na qual aqui desembarcavam, anualmente, aproximadamente “40.000 escravos, número superior ao que se pode atribuir a qualquer período passado; o que se explica pelo desenvolvimento econômico que então se verificava no país e que repousava no trabalho servil” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 147).

Em 7 de novembro de 1831, o governo brasileiro cumpriu acordo estabelecido junto à Inglaterra (COSTA, 2010, p. 25), aprovando lei pela qual foram considerados “livres os indivíduos desembarcados no país a partir daquela data. Esta lei ficará, contudo, da parte das autoridades brasileiras, letra morta”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 148-149).

Em que pese a ineficácia da lei para o fim de cessar o tráfico, sua força normativa implicou na desmoralização do regime servil que, portanto, “continuava, mas sua legitimidade fora questionada. Passara a ser uma atividade ilícita e o que era mais importante: a Nação assumira um compromisso internacional pelo qual se obrigara a abolir o tráfico”. (COSTA, 2010, p. 27).

Percebe-se, nesta circunstância, uma das muitas manobras utilizadas pela classe dominante – então composta por fazendeiros – para manter o regime escravocrata, com o descumprimento da essência do pacto internacional celebrado com a Inglaterra que, como retaliação, aprovou em 08 de agosto de 1845, por seu Parlamento, uma lei que considerava “lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e sujeita os infratores a julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 151).

Em 04 de setembro de 1850, foi aprovada a Lei nº 581, conhecida como Lei “Eusébio de Queirós”, que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império brasileiro, combatendo “interesses mercantis poderosos, e [...] o constante argumento dos partidários eternos do *status quo*, dos que, temerosos do

futuro incerto e insondável, só querem, a qualquer custo, o repouso permanente das instituições” (HOLANDA, 2014, p. 87), considerando como pirataria a importação de escravos e, por isso, punindo os responsáveis pelo tráfico, impondo às autoridades brasileiras uma atuação rigorosa “na perseguição do contrabando, enquanto a Inglaterra permanecia vigilante”. (COSTA, 2010, p. 29).

O diferencial da Lei “Eusébio de Queirós” foi a subordinação das autoridades brasileiras a ela, pois foi o fator que possibilitou seu cumprimento e propiciou “melhores resultados que a de 1831. O contrabando de escravos tornou-se cada vez mais raro, acabando por cessar completamente” (COSTA, 2010, p. 31), principalmente pelo decurso de vinte anos com o desprestígio da escravidão em razão da vigência da Lei de novembro de 1831 que, embora ineficaz, indicou a reprovação internacional ao regime escravocrata.

Com o fim do contrabando de escravos no Brasil, deflagra-se o prejuízo à mão de obra nas fazendas pelo fim do comércio de escravos “após duas décadas de ilegalidade tolerada pelas autoridades brasileiras” (BALÁN, 1973, p. 10), reduzindo-se o número de escravos pela elevada taxa de mortalidade, pela interrupção da importação, fugas e suicídios, o que “levou os fazendeiros a procurar soluções alternativas para o problema da mão de obra” (COSTA, 2010, p. 33).

A redução do número de escravos no Brasil com o fim do tráfico foi perceptível na medida em que dos três milhões de escravos que entraram no Brasil ao longo do século XIX, haviam sobrado apenas 1,5 milhões em 1872, número que reduziu ainda mais até 1888, ocasionando falta de mão de obra na economia cafeeira. (BALÁN, 1973, p. 11-12).

Ressalte-se, contudo, que a falta de mão-de-obra motivava o descumprimento à Lei “Eusébio de Queirós”, sob o argumento de que “em país novo e mal povoado como o Brasil, a importação de negros, por mais algum tempo, seria, na pior hipótese, um mal inevitável, em todo o caso diminuto, se comparado à miséria geral que a carência de mão de obra poderia produzir”. (HOLANDA, 2014, p. 88).

O quadro era agravado porque “os trabalhadores livres ou os escravos libertos se recusavam a trabalhar como assalariados ao lado de escravos, preferindo a miséria à desqualificação social que isso implicava” (BALÁN, 1973, p. 12), sobretudo porque o trabalhador brasileiro “tinha acesso à terra, de onde retirava o necessário à sua

subsistência e recusava-se a trabalhar regularmente nas fazendas. Só o faria se a isso fosse forçado”. (COSTA, 2010, p. 34).

Por outro lado, é fundamental destacar que os fazendeiros davam valor distinto ao trabalhador livre, uma vez que consideravam o escravo sua propriedade, preservando-o de modo a selecionar funções quando da existência simultânea de trabalhadores livres e escravos em sua fazenda, destinando aos primeiros as atividades perigosas, que “não consideravam adequadas a seus escravos, por exemplo, as derrubadas de matas, que, por oferecerem risco de vida, eram em geral entregues aos trabalhadores livres” (COSTA, 2010, p. 34), o que indica um aspecto no qual o descaso do empregador com o trabalhador assalariado supera o tratamento dado ao escravo.

Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 89) examina a “queda súbita” no número “total de negros importados” a partir de 1845, enquanto Caio Prado Júnior (1994, p. 152) aborda a expressiva e rápida queda do tráfico. Neste sentido, evidenciam a redução do tráfico em números: em 1845 foram 19.363; em 1846, 50.354; em 1847, 56.172; em 1848, 60.000; em 1849, foram 54.000 indivíduos africanos introduzidos no Brasil, com queda para menos da metade em 1850: 23.000 escravos traficados.

Nos anos de 1851 e 1852, são propostos no Parlamento brasileiro diversos projetos abolicionistas, “visando à liberdade dos nascituros e à obrigatoriedade da alforria dos escravos pelos quais se oferecesse o respectivo preço” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 173-174), os quais sequer foram “considerados objeto de deliberação” pelo teor contrário ao interesse dos proprietários rurais que ainda dominavam a política brasileira.

Com o agravamento anual da falta de mão de obra, os fazendeiros adotaram uma alternativa distinta, consistente na “segunda vertente da constituição biopolítica do proletariado latino-americano: as imigrações”. (NEGRI; COCCO, 2005, p. 81). Prevalciam, nesta conjuntura, “discussões sobre as vantagens da migração europeia como resposta óbvia à escassez da mão-de-obra”. (BALÁN, 1973, p. 12-13).

Para gerar mão de obra nos principais polos de produção carentes do trabalhador braçal, intensificou-se o desvio de escravos às regiões mais prósperas, em especial do Norte ao Sul do Brasil, o que fez com que no Norte surgissem “mais rapidamente as ideias emancipacionistas”, enquanto “o Centro-Sul formará o reduto

principal da reação escravocrata; e com sua grande riqueza relativa e influência política poderosa, torna-se com o tempo um dos maiores freios do movimento libertador”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 174).

A transição dos escravos entre Norte e Sul não resolveu a escassez de mão de obra, tornando necessária a expansão da imigração a partir de 1850, o que levou a “coexistir nas lavouras de café, trabalhadores escravos e europeus livres” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 175), cumulação que fracassou num primeiro momento, indicando a incompatibilidade entre as duas formas de trabalho, em especial pelos atritos e diferenças percebidas pelos imigrantes, decorrentes do tratamento similar ao escravo que ofendia a dignidade do trabalhador livre, pois a manutenção do trabalho escravo reduzia os imigrantes a substitutos equivalentes ao escravo. (FERNANDES, 1979, p. 53).

Pela análise econômica da abolição do tráfico de escravos, Caio Prado Júnior (1994, p. 154) destaca que o súbito encerramento de tal atividade deslocou os traficantes e demais envolvidos, implicando na “ativação dos negócios noutros setores, e logo em seguida, a inflação”, resultando na “crise de 1857, seguida logo por outra mais grave em 1864”, em decorrência da Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, denominada como “Lei Ferraz”, com providências sobre créditos, considerada como “o desfecho moral de uma situação rigorosamente insustentável nascida da ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa”. (HOLANDA, 2014, p. 92).

Interrompido o contrabando de escravos, o empreendimento brasileiro para gerar mão de obra foi a imigração europeia, sendo que num primeiro momento, “os esforços mais importantes antes da abolição foram no oeste paulista [...]. Na maioria das fazendas cafeeiras da região o trabalho escravo não foi completamente abandonado, mas se agregava a ele mão-de-obra estrangeira em sistemas de parceria”. (BALÁN, 1973, p. 13).

A parceria foi o meio que os fazendeiros encontraram para tentar substituir os escravos pelos imigrantes, não tendo como objetivo o povoamento, e sim a obtenção de lucro às custas da exploração da mão de obra dos imigrantes, sendo recebida com entusiasmo, entre 1847 e 1857, a ideia do senador Vergueiro, um “político e fazendeiro importante de São Paulo que se propôs a buscar trabalhadores na Europa. [...]

introduzindo-os [...] nas fazendas de café do Centro-Oeste paulista. Vinham financiados pelos fazendeiros e se obrigavam a pagar a dívida e mais os juros com seu trabalho” (COSTA, 2010, p. 35).

Tendo em vista a escassez da mão de obra nacional, “o impacto da imigração foi crucial para o desenvolvimento do trabalho assalariado no Brasil” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 82), de modo que os imigrantes constituíram o primeiro relevante conjunto de trabalhadores livres e assalariados.

Naquele momento, contudo, de acordo com Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005, p. 83-84) “a dinâmica da imigração internacional” impedia as tentativas de controle da “mobilidade do trabalho”, pois “os imigrantes mantinham uma alta capacidade de recusa de qualquer mecanismo de alienação”.

Pela cumulação dos trabalhos escravo e livre antes da abolição, o fazendeiro utilizava escravos em parte de seus domínios, e concedia suas piores terras aos imigrantes em sistema de parceria, assegurando a mão de obra pelo endividamento que “contradizia as expectativas de ascensão dos imigrantes e os fixava na fazenda cafeeira de forma subjetiva e objetivamente semelhante à escravidão”. (BALÁN, 1973, p. 14).

No entanto, tais imigrantes – em especial de nacionalidade suíça e alemã –, “que haviam emigrado cheios de sonhos, atraídos pelas promessas que os agentes de emigração lhes haviam feito – rebelaram-se contra a dura realidade que encontraram nas fazendas. Queixavam-se de que eram tratados como escravos” (COSTA, 2010, p. 35), tratamento desonroso que era objeto de reclamações e prejudicava o sistema de exploração do trabalho empreendido pelos fazendeiros naquela década, o que implicou no fracasso de tais experiências, sobretudo pela oposição dos “governos europeus preocupados com a escravização de seus compatriotas no Brasil”. (BALÁN, 1973, p. 14).

Antonio Negri e Giuseppe Cocco (2005, p. 88) indicam neste contexto o “conflito ligado à mobilidade”, bem como o “confronto entre fazendeiros e imigrantes em São Paulo” decorrente da pretensão de cultivo da terra em proveito próprio, situação que se resolveu, de acordo com Maria Sylvania de Carvalho Franco (1997, p. 199), citando Couty, por meio da “psicologia do imigrante”, fundada no desejo do estrangeiro pela

propriedade e pela liberdade individual, que fez com que os imigrantes passassem a tratar e colher o café contrariados, pela expectativa do cultivo de gêneros.

Assim, “os planos de colonização de população nacional, cujo objetivo era fixar uma população errante e preencher espaços vazios de forma permanente, nunca foram levados a cabo de forma maciça e, de fato, são bem pouco mencionados na literatura” (BALÁN, 1973, p. 14), contexto em que “o problema do abastecimento de mão-de-obra como que se regenerava, repetindo-se ciclicamente um estado de carência” (*sic*). (FRANCO, 1997, p. 200).

Com o início da indústria manufatureira no Brasil, restaram destacados aos olhos da classe dominante determinados aspectos negativos da escravidão consistentes na baixa qualidade para o trabalho complexo de manufatura e na “vantagem financeira maior que representa na indústria o pagamento de salários em vez do preço de escravos”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 175).

Nos anos 1870, enquanto “a grande lavoura continuava a depender do escravo, nas cidades, o trabalhador livre substituíria o escravo. Foi exatamente entre a população urbana, menos dependente do trabalho escravo, que os abolicionistas encontraram seu maior apoio” (COSTA, 2010, p. 38), o que elevava a tensão “por parte dos proprietários de escravos” e renovava o “entusiasmo dos que lutavam pela emancipação dos escravos”. (COSTA, 2010, 49).

Naquela época, ainda, Luiz Gama, descendente de escravos, organizou em São Paulo “uma campanha jurídica em favor da emancipação do escravo. Apoiando-se na lei de 1831, passou a exigir a libertação de grande número de escravos a quem defendeu nas cortes de Justiça” (COSTA, 2010, p. 49), sob a alegação de que a entrada no Brasil tinha se dado após a publicação da aludida lei, motivo pelo qual era ilegal a manutenção de tais pessoas na condição de escravos.

Em 1870, José Vergueiro publicou um artigo em um jornal paulista afirmando que “o trabalho dos colonos era mais rendoso do que o dos escravos”, (COSTA, 2010, p. 68). Jacob Gorender (1990, p. 36) relata que “o trabalho escravo exigia o mais alto custo de vigilância – calculado como coeficiente do custo total –, [...]. O custo de vigilância se convertia em limite imposto pelos escravos à rentabilidade do modo de produção escravista colonial” (GORENDER, 1990, p. 36). Além disso, Vergueiro considerava “o custo do escravo – as despesas com alimentação, vestuário,

assistência médica e juro sobre o capital empatado” em comparação com o “salário de um trabalhador livre” e indagava: “Por que então continuar investindo capitais em escravos?”. (COSTA, 2010, p. 68).

Desta forma, antes mesmo da abolição formal do sistema servil, já se percebia que “o caráter opressivo do sistema de parceria adotado pela firma Vergueiro & Cia. era manifesto sobretudo no fato de que, embora os colonos fossem juridicamente livres, não o eram economicamente, do que resultava uma situação similar à do escravo” (MARTINS, 2015, p. 55), de modo a naturalidade da exploração do trabalho implicava na condição análoga à de escravo ao trabalhador juridicamente livre na vigência do trabalho escravo.

Aos poucos, a imigração substituiu a escravidão formal. Naquela época, a força política dos escravistas já era menor, diante da lógica econômica pela qual “não era mais necessário manter ocupado, durante todo o ano, grande número de escravos. Tornou-se possível reduzir a mão de obra permanente e contratar mão de obra extra, por ocasião das colheitas. Dessa forma, o trabalho livre tornou-se mais viável, senão mais lucrativo”. (COSTA, 2010, p. 65).

Essa conjuntura política, jurídica e econômica motivou o Imperador a rever “antigos projetos discutidos no Conselho de Estado seis anos antes, e amenizando-os muito, faz votar nas Câmaras a chamada lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), em que se declaram livres os filhos de escravos nascidos daquela data em diante”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 178).

De grande polêmica e objeto de diversos debates entre escravistas e abolicionistas, a Lei do Ventre Livre enfrentou extenso processo legislativo com obstáculos e resistências pelos representantes dos fazendeiros contrários às suas concessões, como relata Emília Viotti da Costa (2010, p. 51-52), destacando a defesa do projeto com os argumentos de que: (a) “o trabalho livre era mais produtivo que o escravo”; e (b) “a existência da escravidão era uma barreira à imigração, pois que os imigrantes recusavam-se a vir para um país de escravos. A emancipação abriria as portas à tão desejada imigração”.

Na perspectiva dos escravistas, contudo, o projeto era “uma intromissão indébita do governo na atividade privada, [...] de inspiração comunista” (COSTA, 2010, p. 52), o que demonstra claramente a raiz da atual “direita” brasileira pelas seguintes

características: (a) retrógrada, pois insiste em manter situações ultrapassadas em prol da manutenção de sua situação financeira, a qualquer custo; (b) ignorante, eis que desconhece o significado de posições como o “comunismo” e profere acusações infundadas para encerrar um debate, sobretudo em casos como o ora abordado, no qual manifestamente não possui razão; (c) egoísta, uma vez que suas preocupações se restringem aos seus interesses financeiros, desprezando inclusive no meio político fins e meios contrários à manutenção da ordem econômica e combatendo rigorosamente qualquer tentativa de restrição aos seus métodos de exploração de seus subalternos; (d) privatista, com a intenção de reduzir ao máximo a interferência do Estado na economia; (e) golpista, o que é flagrante na atual conjuntura política brasileira, como retrata Michael Löwy (2016) em sua coluna no Blog da Boitempo, com o título “Escravagistas de ontem e de hoje”, mencionando o golpe que “já não se trata de tráfico negreiro mas de uma nova forma de escravidão: a submissão do país aos ditados do capital financeiro, do latifúndio, das multinacionais, do imperialismo”. Essa característica também foi percebida por ocasião do processo legislativo da Lei do Ventre Livre.

Sustentando a herança da “direita” ora exposta, cabe destacar o ataque de Andrade Figueira, líder do escravismo, aos “professores da Escola Politécnica, que tinham recebido com discursos e festas a emancipação do Ceará” (COSTA, 2010, p. 80). Para tal escravista, os professores deixavam de educar os jovens para formar “associações com os alunos, aniquilando assim a disciplina escolar e ‘pervertendo’ a mocidade, instigando-lhes hábitos de desordem e anarquia”. (COSTA, 2010, p. 80).

Seguindo exatamente tal “perfil” e expondo os abusos de seus sucessores após a abolição, os escravistas combateram o projeto de lei do Ventre Livre afirmando que “a situação do escravo era preferível à do trabalhador livre” (COSTA, 2010, p. 53), uma vez que aos escravos “não faltavam alimento e vestuário. Já os trabalhadores livres eram abandonados à sua própria sorte”.

Encerrados os debates, o projeto foi aprovado e “convertido em lei a 28 de setembro de 1871. Esta passou a ser conhecida na história sob o rótulo de Lei do Ventre Livre” (COSTA, 2010, p. 57), pela qual “os filhos de escravos viveriam sob tutela exercida pelo proprietário dos pais até atingir a maioridade, com a possibilidade de “utilizar-se de seus serviços” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 179).

Em que pese todas as discussões entre escravistas e abolicionistas que a antecederam, há que se destacar a limitação de seus resultados, ao menos a curto prazo, pois “a maioria dos proprietários preferiu manter os filhos de escravos, em vez de entregá-los ao Estado” (COSTA, 2010, p. 57), motivo pelo qual tal espécie normativa foi considerada “uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do problema escravista no Brasil”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 179).

Na prática, os filhos dos escravos “continuaram a viver como escravos, a ser vendidos com suas mães, a ser castigados como qualquer outro escravo, perfazendo as mesmas tarefas a que teriam sido obrigados se não tivessem sido libertos pela lei de 1871” (COSTA, 2010, p. 59), resultando na denúncia da ineficácia da lei pelos abolicionistas.

A sorte dos escravos, contudo, passou a mudar por uma questão bélica, pela Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, entre 1865 e 1870, que agravou o temor político-militar brasileiro de uma rebelião de escravos, o que despertou “a necessidade de povoar as zonas fronteiriças para fortalecê-las”. (BALÁN, 1973, p. 14-15).

O receio da classe dominante foi agravado após a guerra do Paraguai, pois tal evento destacou a fragilidade orgânica do Brasil em razão da constituição da massa da população por escravos, assim como pelas “dificuldades no recrutamento de tropas” que exigiu a utilização de “escravos, desapropriando-os de seus senhores e concedendo-lhes alforria”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 178).

Além disso, a guerra evidenciou o temor com relação ao risco “da massa escrava tão temida e perigosa” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 178), uma vez que haviam na época no Brasil aproximadamente “800.000 escravos, numa população total que não ultrapassava 14 milhões”, consistindo em ameaça aos seus proprietários pela concentração em “agrupamentos numerosos das fazendas e grandes propriedades isoladas no interior e desprovidas de qualquer defesa eficaz” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 181).

Ademais, em virtude da Guerra do Paraguai, Emília Viotti da Costa (2010, p. 48) relata que escravos que haviam fugido, se alistaram e, “terminada a Guerra, foram considerados livres”, sendo recebidos pelos brasileiros com um “movimento de apoio e simpatia” pelo combate em defesa da nação.

A elite militar entendeu como necessário, então, a estimulação da imigração estrangeira e o fim da escravidão, como relata Balán (1973, p. 15), indicando o aumento do “fluxo de imigrantes europeus para o Brasil” nos anos anteriores à abolição da escravidão e a intensificação na década seguinte, com o prosseguimento que sofreu interrupções apenas ao longo da primeira guerra mundial, mas persistiu até a crise da década de 1930.

A perspectiva de Negri e Cocco (2005, p. 82) é similar, com a consideração de que o mercado de trabalho brasileiro remunerado foi formado pela “chegada maciça, durante pelo menos 50 anos (1880-1930), de consistentes fluxos de imigrantes europeus”, motivo pelo qual Balán (1973, p. 15) considera que o impacto das imigrações europeias entre 1880 e 1930 “foi crucial ao desenvolvimento do trabalho assalariado no Brasil”.

A proibição do tráfico desde 1850 já havia resultado, de acordo com Balán (1973, p. 16), na “escassez crescente do escravo”, fato que aliado à expectativa pela abolição influenciou “na adoção da mão-de-obra livre em substituição à escrava”. Nesta conjuntura econômica, os fazendeiros que não prosperavam “já se haviam desfeito do excesso de força de trabalho escravo, negociando-a com os fazendeiros do leste e do sul. Para eles, a Abolição era uma dádiva: livravam-se das obrigações onerosas ou incômodas, que os prendiam aos remanescentes da escravidão”. (FERNANDES, 2008, p. 31).

Naquela conjuntura, “os paulistas estavam convencidos das vantagens do trabalho livre e tomando providências para substituir os escravos por imigrantes” (COSTA, 2010, p. 90) e o desenvolvimento da indústria fez com que a escravidão se tornasse ultrapassada e, justamente por isso, incompatível com o capitalismo, revelando “uma barreira intransponível. Ou ela ou o capitalismo” (FERNANDES, 1979, p. 29), dúvida que foi preponderante à abolição, pois “a campanha abolicionista só foi possível porque as condições de produção tinham-se modificado no decorrer do século XIX, de forma a tornar o trabalho escravo cada vez mais irrelevante na escala nacional” (COSTA, 2010, p. 115), enquanto o desenvolvimento da sociedade e, principalmente, da economia, indicou a necessidade de “outra forma de trabalho”. (FERNANDES, 1979, p. 23).

A ironia é que nas últimas três décadas antes da abolição, a produção escravista ajuda no financiamento de “um vasto processo de criação de infra-estrutura econômica, de crescimento da grande lavoura, de modernização urbana, de diferenciação econômica no sentido da industrialização e, até, de imigração, expansão da pequena propriedade ou do trabalho livre etc” (*sic*) (FERNANDES, 1979, p. 29-30), o que significa que o trabalho escravo auxiliou a promoção do modo de exploração posterior, uma espécie de sucessor à atividade para produção de mais valia em favor do grupo detentor do poder político: o capitalismo, que condenou “a escravidão como forma de trabalho”. (COSTA, 2010, p. 128).

Para possibilitar a substituição pretendida, intensificaram-se os fluxos migratórios ao Brasil, sendo que “em 1886 e 1887 mais de 100 mil imigrantes, em sua maioria italianos e portugueses, chegaram à província de São Paulo. Entre 1888 e 1900, São Paulo receberia 800 mil imigrantes – número superior à população escrava em todo país no ano de 1887” (COSTA, 2010, p. 71), o que ocorreu por meio de investimento do governo brasileiro, que na década de 1880 “desembolsou 9.244.226.550” (COSTA, 2010, p. 72), financiando a introdução dos imigrantes e facilitando aos fazendeiros a transição ao trabalho livre.

Além do elevado número de imigrantes que chegava ao Brasil, por força da vedação do tráfico desde 1850, foi perceptível a redução no número de escravos, principalmente se comparada à população livre, que de 8,5 milhões em 1872 passou para aproximadamente 14 milhões em 1888, enquanto a população escrava foi reduzida de 1,5 milhão em 1872 para “pouco mais de 700 mil, em 1887. Isso significa que diminuiu não só em termos absolutos como relativos. Simultaneamente o número de escravos nos núcleos urbanos declinou ainda mais rapidamente, tendendo a se concentrar nas zonas rurais”. (COSTA, 2010, p. 62).

Nos anos anteriores à abolição, a escravidão se mostrava insustentável pela falta de apoio em diversos setores da sociedade brasileira. Em 1887, se deu a manifestação da Igreja “abertamente em favor da abolição” (COSTA, 2010, p. 123). No mesmo ano, “militares reunidos no Clube Militar enviaram à princesa uma petição solicitando serem dispensados da desonrosa missão de perseguir escravos”. (COSTA, 2010, p. 91).

Assim, em “8 de maio de 1888, o ministro da Agricultura, conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta do Executivo declarando extinta a escravidão no Brasil” (COSTA, 2010, p. 9-10), que obteve oitenta e três votos favoráveis e nove votos contrários na Câmara, seguindo “ao Senado, onde [...] os senadores aprovaram-no a 13 de maio, encaminhando-o à Regente, princesa Isabel. Na tarde do mesmo dia, a princesa assinava a lei que ficou conhecida na história do Brasil sob a designação de Lei Áurea” (COSTA, 2010, p. 10), “que dum a penada punha termo à escravidão no Brasil” (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 182), pela “assinatura da Lei Áurea”. (FERNANDES, 2008, p. 30).

A substituição do regime servil pelo trabalho livre no Brasil teve, antes mesmo de 1888, o transparente objetivo de utilizar como principal mecanismo a atração de imigrantes, inclusive nas mesmas funções e no mesmo local de trabalho dos escravos, o que foi organizado sistematicamente pelo governo brasileiro, que disciplinou por meio de leis o investimento de elevados valores para trazer os imigrantes para trabalhar nas fazendas brasileiras. (COSTA, 2010, p. 72).

É importante ressaltar, entre as leis que regulamentavam a imigração, a Lei Provincial nº 1, de 03 de fevereiro de 1888, pela qual o Presidente da Província foi autorizado a contratar “com a Sociedade Promotora de Imigração a introdução de cem mil imigrantes de procedência europeia, açoriana e canarina, segundo as necessidades da lavoura e a boa localização dos imigrantes”. (BASSANEZI; SCOTT; BACELLAR; TRUZZI; GOUVÊA, 2008, p. 35).

Com a abolição da escravatura, “mais de 700 mil escravos, em sua maioria localizados nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram assim, do dia para a noite, transformados em homens livres” (COSTA, 2010, p. 10), deparando-se com o sistema capitalista e se vendo abandonados à própria sorte, num até então desconhecido contexto de concorrência ao qual não estavam acostumados, sofrendo ainda com preconceito por sua raça e pela sua condição anterior, pois “o braço livre desejado era o braço estrangeiro, sem mácula, não o braço do liberto ou do negro degradado pela escravidão”. (CARDOSO, 1962, p. 22).

É nesse contexto que inicia a segregação racial, já no período pós-abolicionista, pela qual os empresários optaram pelos imigrantes brancos, desprezando os “negros recém-libertos. Os proletários negros, excluídos da senzala, trabalhadores livres, se

inseririam agora, em trabalhos precários, mal pagos e sem direitos trabalhistas. É um traço indelével da via colonial-escravista que imprime a sua marca na sociabilidade capitalista até os dias de hoje” (ALVES, 2007, p. 261), o que persiste com “setores da população que ainda sofrem com um processo de cidadania inacabado, herdado da ausência de políticas para igualdade pós-abolição”. (MILANO; GEDIEL, 2014, p. 367).

A condição precária do liberto foi exposta pelo fazendeiro paulista Paula Souza, que relatou a contratação de ex-escravos para trabalharem em sua propriedade, vivendo em senzalas, mas sem algemas ou cadeados, cessando ao fazendeiro as obrigações “de vestir e alimentar seus escravos. Agora ele lhes vendia os suprimentos, até mesmo o leite e a couve que consumiam. Isso, explicava ele, não era por ganância, mas visava a ensinar aos ex-escravos o valor do trabalho” (COSTA, 2010, p. 135), em novo fator que identifica a raiz da “direita” brasileira, em especial com o “*slogan*” propagado pelo Presidente interino em seus primeiros dias no cargo.

A maior parte dos libertos não chegou a abandonar as fazendas imediatamente após a abolição, seguindo a viver nas senzalas, como explicara o fazendeiro Paula Souza, com “o mesmo trabalho e ganhando por ele um mísero salário. A liberdade permitira-lhes mudar de uma fazenda para outra, mas por toda parte as condições que encontravam eram semelhantes”. (COSTA, 2010, p. 137).

O antigo escravo se encontrou, assim, convertido “sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (FERNANDES, 2008, p. 29), o que indica a marca da abolição no escravo como “uma espoliação extrema e cruel”.

Neste sentido, os libertos sofreram uma violência simbólica pelas limitações e incertezas sofridas em virtude do total abandono pelo governo brasileiro e mesmo pelos abolicionistas que, aparentemente, em sua “maioria tinha estado mais preocupada em libertar os brancos do fardo da escravidão do que estender aos negros os direitos da cidadania” (COSTA, 2010, p. 137), o que torna inevitável o entendimento da abolição como “uma revolução social feita pelo branco e para o branco”. (FERNANDES, 1972, p. 47).

Enquanto trabalhadores livres, os ex-escravos, “mal puderam competir com a mão-de-obra imigrante e estavam em desvantagem mesmo com relação à mão-de-

obra nacional não originária da escravidão” (BALÁN, 1973, p. 17), sendo abandonados à sua própria sorte e cabendo a eles “converter sua emancipação em realidade. Se a lei lhes garantia o status jurídico de homens livres, ela não lhes fornecia os meios para tornar sua liberdade efetiva”. (COSTA, 2010, p. 12).

Com a abolição do regime escravocrata, em 1888, o Brasil registra a entrada de 133.000 (cento e trinta e três mil) imigrantes, significando mais que o dobro do ano anterior, conservando nos anos seguintes, até o final do século, aproximadamente 100.000 (cem mil) imigrantes por ano, em quadro no qual “a presença do trabalhador livre [...] deixa de ser uma exceção, torna-se forte elemento de dissolução do sistema escravista. Através do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo”. (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 191).

Os próprios libertos viviam com a insegurança de sua nova condição em virtude da condição pretérita, de forma que evitavam o “trabalho assalariado nas fazendas cafeeiras, onde necessariamente conservariam o status social, se não o legal, de escravos”. (BALÁN, 1973, p. 16), ainda que para isso tivessem que passar fome ou se sujeitar a trabalhos dos quais não possuíam conhecimento técnico.

A condição do imigrante no Brasil ao final do século XIX e no início do século XX se traduzia em renúncias simultâneas junto ao fazendeiro ou proprietário do estabelecimento no qual trabalhavam, pois a imigração se deu em “regiões despovoadas que necessitavam de mão de obra” (NUNES; OLIVEIRA, 2015, p. 33).

É importante destacar a perspectiva do imigrante europeu naquela época, que exigiu tratamento digno, em especial após experiências nas quais foram submetidos a tratamento similar ao dos escravos, reagindo de forma a buscar “uma gradual eliminação do trabalho escravo, em um processo que não ia contra o agente humano do trabalho escravo, mas contra o modo escravista de produção. Este rebaixava o valor do trabalho, suscitava a persistência generalizada de padrões de dominação intoleráveis”. (FERNANDES, 1979, p. 53).

Nesta ótica, a luta do imigrante europeu foi contra a banalização do trabalho, tendo em vista a relevância dada ao labor por tais trabalhadores, mas não se restringiu a isso, combatendo o costume dos fazendeiros ao antigo regime servil que, de acordo com Caio Prado Júnior (1994, p. 214), dificultou a adaptação “com trabalhadores

livres”, causando atritos com “larga repercussão internacional, obrigando os governos de origem da imigração brasileira a intervirem em favor de seus nacionais”.

Não há como não considerar as raízes da atual classe dominante no sistema escravocrata, considerando o abolicionismo “como expressão da luta de classes que se tratava no país no fim do século XIX”. (COSTA, 2010, p. 129), especificando a oposição entre escravistas e abolicionistas dos pontos de vista social, econômico, político e jurídico, mas levando em conta principalmente a questão da discriminação na presente conjuntura brasileira como “parte da herança social da sociedade escravista”. (FERNANDES, 1972, p. 42), pois “o arbítrio, a ignorância, a violência, a miséria, os preconceitos que a sociedade escravista criou ainda pesam sobre nós”. (COSTA, 2010, p. 131).

Esses preconceitos abalam, e por vezes confundem e limitam a classe social definida pela burguesia como “pobre” e também o negro, o que decorre do trabalho escravo e dos reflexos da ideologia liberal no Brasil, que implicam, de acordo com Bernardo Ricupero (2008, p. 40-41), na normalidade das relações materiais de força, motivo pelo qual “a exploração seria revelada sem subterfúgios” pelo empresário brasileiro, que a encara como natural.

Assim como o Estado utiliza o domínio político para manter as desigualdades e servir à classe dominante, ocorre entre empregador e empregado um processo de dominação social descrito por Franco (1997, p. 94) como iniciado por atitudes simples, pela visão e pelas atitudes do senhor em relação ao trabalhador, que indicavam “a condição humana deste último e fundavam as técnicas de dominação social”.

A dominação social ocorre, portanto, pela dependência do trabalhador junto ao senhor, em relação na qual prevalece respeito, lealdade e veneração, em procedimento no qual Franco (1997, p. 94) ressalta a destruição dos “predicados de ser humano” do dependente, que exposto à “brutalidade da alienação” perde “até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, [...] e resulta na aceitação voluntária de uma autoridade que, consensualmente, é exercida para o bem”.

Considerando que os afrodescendentes abrangem o maior número de pobres no Brasil, país que era “legalmente” escravista até 1888, Giovanni Alves (2007, p. 261) indica uma das razões do atual contexto brasileiro permitir o trabalho em condição

análoga à de escravo: a “clivagem racial no interior da determinação de classe” que marca “de modo indelével, a desigualdade social no País”.

Martins (1973, p. 79) retrata a origem da dominação que possibilita atualmente o trabalho escravo “na coisificação da pessoa, como resultado do seu envolvimento e redefinição pelas transformações históricas que deslocavam a matriz da existência da comunidade para a classe”, demonstrando expressamente a sujeição da classe que vive do trabalho à escravidão disfarçada de trabalho assalariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, cumpre justificar que ao iniciar a pesquisa pelo exame do histórico da abolição da escravatura, do desamparo do liberto pelo governo brasileiro a partir de 1888 e dos primeiros fluxos migratórios recebidos pelo Brasil, compostos por europeus encaminhados para suprir a falta de mão de obra decorrente da abolição, foi possível constatar: (a) o caráter escravista que prevalece nas relações de trabalho no Brasil, pela coisificação do trabalhador, situação aplicada aos imigrantes e refugiados na atualidade; (b) os processos de vulnerabilidade, alienação e dominação sofridos pelo trabalhador brasileiro, sobretudo pela segregação e pela discriminação racial e social, contexto agravado ao imigrante, que sofre ainda com xenofobia suportada por sua nacionalidade distinta e a vulnerabilidade natural pelas dificuldades para se comunicar, encontrar moradia e se adaptar, o que resulta na fragilidade que carece de ampla proteção social; e (c) a distinção entre a situação dos imigrantes europeus, que vieram ao Brasil a partir da metade do século XIX para suprir a carência de mão de obra dos proprietários rurais brasileiros, com relação aos imigrantes que chegam ao Brasil a partir de 2010, em intenso fluxo migratório que “trouxe novamente a necessidade de pensar a imigração de uma maneira estratégica”. (LOPES, 2016, p. 122-123).

A a xenofobia e a discriminação racial violam a dignidade dos imigrantes haitianos, em clara decorrência da legislação ultrapassada e da herança do Estado do século passado, que na atual conjuntura passou de políticas migratórias de “branqueamento” à representação no Congresso Nacional por bancadas

denominadas como “ruralistas” ou “religiosas”, com pautas retrógradas, contrárias aos direitos humanos e incoerentes com as efetivas necessidades do povo brasileiro.

Amparadas por protestos da classe média, que vive na insatisfação imotivada pela corrupção e pela carga tributária, tais bancadas sacrificam, pelo exercício da função legislativa, não apenas a dignidade e a igualdade, mas principalmente o valor do trabalho, por meio de tentativas de “inovações” como a legalização da terceirização, a reforma – na realidade supressão de direitos – trabalhista, a restrição das hipóteses de configuração do crime de redução a condição análoga à de escravo e de sua punibilidade, entre outras artimanhas constantemente articuladas pelo Poder Legislativo em detrimento da classe trabalhadora.

Cumprе salientar, neste sentido, a advertência de Antônio Carlos Mazzeo (2015, p. 134), no sentido de que não devemos repetir os erros do passado e “adentrar em ilusões de que as mudanças que devem ser realizadas – e o necessário aprofundamento da democracia, na perspectiva dos trabalhadores – possam estabelecer alianças com uma burguesia historicamente golpista, antinacional e pró-imperialista”

Verifica-se, com isso, um ciclo completo em que a dominação, a sujeição, a vulnerabilidade e a alienação são transferidas do escravo do tempo anterior à abolição ao negro liberto, ao pobre e, atualmente, ao imigrante, o que é permitido pela negligência do governo brasileiro que, pela falta de proteção social – seja do Poder Legislativo ou do Executivo, na esfera federal, estadual ou municipal – historicamente é conivente com a manutenção desta situação, que identifica uma parte frágil nas relações sociais e a torna passível da exploração necessária à manutenção do poder da classe dominante.

Identifica-se, assim, um ciclo promovido por um sistema que despreza, em prol do lucro, a condição humana e valores como dignidade e liberdade, explorando ao máximo a produtividade do trabalhador – formalmente livre ou não – para gerar lucro, numa “cultura” de coisificação do trabalhador herdada por todo empregador que utiliza o capitalismo, mas que se aproveita de instrumentos de vulnerabilidade – isto é, que tornam o trabalhador mais suscetível à exploração – como as adversidades próprias da imigração, que somam dificuldades de adaptação, comunicação, moradia e inserção no mercado de trabalho formal, além de ausência de acesso à previdência e

sindicato, ao drama vivenciado em seu país de origem, que motiva a migração, consistente em graves quadros de violência, miséria e/ou instabilidade política.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho** – ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. 10. rev. São Paulo: Boitempo, 2013.

BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: **Estudos Cebrap**. n. 5, julho-agosto-setembro. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda., 1973.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; GOUVÊA, Marina. **Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** - vol. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LOPES, Cristiane Sbalqueiro. A atuação do Ministério Público do Trabalho em matéria de imigração e refúgio. *In*: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (Org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016.

LÖWY, Michael. Escravagistas de ontem e de hoje. *In*: **Blog da Boitempo**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/15/michael-lowy-escravagistas-de-ontem-e-de-hoje/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILANO, Giovanna Bonilha; GEDIEL, José Antônio Peres. Igualdade racial e territórios tradicionalmente ocupados por quilombolas. *In*: SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Convênio TEM – DIEESE. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2007.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *In*: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul-dez/2011.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. **Global**: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.



CENTRO
UNIVERSITÁRIO

CAMPO REAL

EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

